

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
FACULDADE DE DIREITO

**OS ‘FRAMINGS’ NA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL: AS NARRATIVAS DOS
MOVIMENTOS SOCIAIS E SUA ABSORÇÃO PELO SUPREMO TRIBUNAL
FEDERAL**

FÁBIO PRUDENTE NETTO

Rio de Janeiro
2021

FÁBIO PRUDENTE NETTO

**OS ‘FRAMINGS’ NA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL: AS NARRATIVAS DOS
MOVIMENTOS SOCIAIS E SUA ABSORÇÃO PELO SUPREMO TRIBUNAL
FEDERAL**

Monografia de final de curso, elaborada no âmbito da graduação em Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como pré-requisito para obtenção do grau de bacharel em Direito, sob a orientação do **Professor Dr. Emiliano Rodrigues Brunet Depolli Paes**.

**Rio de Janeiro
2021**

CIP - Catalogação na Publicação

NN476? Netto, Fábio Prudente
OS 'FRAMINGS' NA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL: AS
NARRATIVAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E SUA ABSORÇÃO
PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL / Fábio Prudente
Netto. -- Rio de Janeiro, 2021.
80 f.

Orientador: Emiliano Rodrigues Brunet.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade
Nacional de Direito, Bacharel em Direito, 2021.

1. Direito Constitucional. 2. Movimentos
Sociais. 3. Supremo Tribunal Federal. 4. Movimento
Negro. 5. Movimento Feminista. I. Brunet, Emiliano
Rodrigues, orient. II. Título.

FÁBIO PRUDENTE NETTO

**OS ‘FRAMINGS’ NA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL: AS NARRATIVAS DOS
MOVIMENTOS SOCIAIS E SUA ABSORÇÃO PELO SUPREMO TRIBUNAL
FEDERAL**

Monografia de final de curso, elaborada no âmbito da graduação em Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como pré-requisito para obtenção do grau de bacharel em Direito, sob a orientação do **Professor Dr. Emiliano Rodrigues Brunet Depolli Paes**.

Data da Aprovação: 31/05/2021.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Emiliano Rodrigues Brunet Depolli Paes
Orientador

Prof. Dr. Philippe Oliveira de Almeida
Membro da Banca

Prof. Raísa Duarte da Silva Ribeiro
Membro da Banca

**Rio de Janeiro
2021**

Se existe um fenômeno que resiste à suposta "neutralidade" científica, são os direitos humanos. Que neutralidade podemos defender se nosso objetivo é empoderar e fortalecer as pessoas e os grupos que sofrem essas violações, dotando-os de meios e instrumentos necessários para que, plural e diferenciadamente, possam lutar pela dignidade? Por isso nossa insistência para que uma visão atual dos direitos humanos parta de novas bases teóricas e induza práticas renovadas nas lutas "universais" pela dignidade.

Joaquín Herrera Flores

AGRADECIMENTOS

Os cinco anos de Universidade Federal do Rio de Janeiro me proporcionaram mudanças que, definitivamente, irão me influenciar pelo resto da vida. Ao longo da graduação, fiz amigos, conheci professores, li livros e morei com pessoas que me influirão na forma ser e agir para sempre. Nesse sentido, meus agradecimentos não se limitarão à academia, pois esta e a minha vida, principalmente no Rio de Janeiro, se misturam.

Os alicerces deste sonho foram constituídos pela minha família. Minha mãe, Marilda Prudente, foi a maior responsável por tudo isso. Sem seu apoio eu não poderia sonhar ou, até mesmo, ingressar na faculdade. Sua empatia, preocupação, amor e garra me inspiraram a almejar – e conseguir – ser a primeira pessoa da família a ingressar em uma faculdade federal.

Agradeço à minha irmã, Laise Prudente, que sempre compreendeu meus sonhos e se dispôs a sonhar junto comigo. Seu carinho, apoio, incentivos e conselhos foram determinantes para que eu chegasse até aqui.

Seria injusto não citar meu irmão André Prudente, minha Tia Alda Andrade (*in memoriam*), minha Tia Cleide Prudente, meu Tio Welington Martins e meus padrinhos, Marilena Prudente e Claudinei de Oliveira. Todos foram responsáveis por acreditarem e apoiarem minha experiência durante esses anos de faculdade. Sempre me ensinaram que o acolhimento e o auxílio devem ser feitos de coração aberto, sem esperar nada em troca.

No âmbito acadêmico, agradeço ao Professor Emiliano Brunet por ter acreditado em meu projeto de conclusão e pela experiência de ter sido seu monitor na disciplina de Políticas Públicas e Inclusão Social. Como orientador e professor, Emiliano me ensinou que os direitos sociais, a academia e o senso crítico são sim ferramentas de transformação da realidade, seja coletiva, seja individual.

Agradeço à professora Margarida Lacombe, minha orientadora de pesquisa durante os anos de iniciação científica, e aos Professores José Ribas Vieira, Mário César de Andrade e Siddharta Legale. Os conheci quando fui convidado a integrar o Observatório da Justiça Brasileira (OJB), grupo fundamental ao meu desenvolvimento acadêmico e crítico.

O OJB, grupo de pesquisa que inclusive me influenciou no tema desta monografia, foi uma das experiências acadêmicas responsáveis por me introduzir na pesquisa e a me fazer compreender o direito constitucional como mecanismo de concretização de direitos fundamentais e de combate às desigualdades. Agradeço ao grupo de uma forma geral. Nesse viés, cito, ainda, Bernardo Burlamaqui, Brendo Washington, Adriel Esteves e Augusto Backes, que sempre se dispuseram a discutir e criticar o direito comigo. Estendo minha gratidão a Gabriel Silva, Michael Guedes e Iolanda Gonçalves, os quais sempre se mostraram à disposição para reflexões e revisão deste trabalho, da maneira mais cordial e solícita possível.

Não poderia esquecer dos companheiros de pesquisa Hamilton Gonçalves Ferraz e Vitor Jorge Gonçalves, responsáveis por projetos, artigos e conversas que misturavam críticas apuradas, ciência e o sonho de um direito mais humanitário.

Gostaria de agradecer, igualmente, ao Professor Luigi Bonizzato e à Professora Carina Castro, com os quais também tive a oportunidade de desenvolver atividades no âmbito acadêmico, sendo monitor daquele e auxiliar de pesquisa desta.

Agradeço aos Professores Geraldo Prado, Cecília Caballero Lois (*in memoriam*), Salo de Carvalho, Juliana Cesário, Wallace Corbo, Mariana Trotta, Daniel Cardinali e Carolina Castelliano por fazerem parte da minha formação e ensinarem que, antes de tudo, é sim função do jurista a defesa da democracia e das minorias.

Deixo meus agradecimentos aos meus colegas de sala e de período, que sempre se dispuseram a estudar e debater os temas acadêmicos no dia a dia. Gabrielle de Sousa, Danielle Oliveira, Larissa Nascimento, Lucas de Holanda, Lucas Maia, Luiza Almeida, Malu Bittencourt, Maria Gabrielle e Nathalia Ferraz são amigos que dividiram os estudos, as dificuldades, as mesas de almoço e as gargalhadas do cotidiano. Eles não imaginam como foram fundamentais, não apenas para que eu me divertisse ao longo do curso, mas também para que eu amadurecesse enquanto pessoa.

Um agradecimento especial aos meus colegas de *república* e amigos no Rio de Janeiro. Luiz Henrique, Rafael Martins, Juliano Marinho, Dimitri Manaroulas, Victor Freitas, Marcelo Luiz, Diogo Castilho, Vivia Luanna, Yanna Martins e Amanda Laryssa. Com eles, dividi a rotina, o *bandeirão*, os cômodos da casa e boas risadas.

Agradeço aos meus amigos de fora da Faculdade. Henrique Andrade, Diego Alves, Bruno Zanette e Danilo Borges sempre se dispuseram a me apoiar. Nossos laços, apesar da distância, se estreitaram ainda mais durante os anos da faculdade.

Agradeço, ainda, à FAPERJ, instituto do qual fui bolsista durante um ano pelo Programa de Bolsas de Iniciação Científica da UFRJ, ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região, ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro e ao Programa de Monitoria da Faculdade Nacional de Direito/UFRJ. O amparo financeiro e as experiências que obtive em tais órgãos foram de grande importância para o meu desenvolvimento acadêmico e profissional, bem como para a realização deste trabalho.

Registro, por fim, o desejo de que o investimento em pesquisa e auxílio estudantil se torne política cada vez mais valorizada nesse país. Celebro, assim, as cotas sociais, o auxílio estudantil das universidades públicas, o dever da ciência de falar a verdade e a liberdade de cátedra. Sem tais premissas, nada disso teria se realizado.

RESUMO

A presente monografia tem o objetivo de analisar *como* a “leitura de mundo”, realizada pelos movimentos sociais, é reproduzida pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Tem-se como foco as exposições dos movimentos sociais feministas e negros envolvendo dois processos objetivos relacionados aos seus interesses, quais sejam: (i) a ADPF n.º 186 e (ii) a ADPF n.º 54, as quais envolvem, respectivamente, a garantia de ações afirmativas no ensino superior e o direito ao aborto do feto anencefálico. A problemática do trabalho se relaciona com a necessidade de se observar como os “*framings*” dos movimentos sociais podem influenciar ou modular a construção dos argumentos jurídicos em questões abertas e com alta carga axiológica no âmbito da Suprema Corte. A hipótese é de que o Tribunal incorpora essa “narrativa” dos movimentos sociais em um sentido jurídico, fazendo uma releitura de tais “*framings*” à luz da doutrina e do direito.

Palavras-chave: Direito Constitucional; Movimentos sociais; Supremo Tribunal Federal; Framings; Movimento Feminista; Movimento Negro.

ABSTRACT

The present undergraduate thesis has as its objective the analysis of how the “reading of the world”, carried out by social movements, is reproduced by the Federal Supreme Court (STF). The focus are the oral presentations from the feminist and black social movements involving two processes related to their interests: (i) ADPF n. ° 186 and (ii) ADPF n. ° 54, which involve, respectively, the guarantee of affirmative actions in tertiary education and the right to abortion in case of anencephalic fetuses. The discussed issue relates to the need for observing how the social movement framings can influence or modulate the development of the juridical arguments in open issues which carry a great axiological load in the Supreme Court. The hypothesis is that the court incorporates these social movement “narratives” in a juridical sense, reading such framings through the perspective of the doctrine and law.

Key-words: Constitutional Right; Social Movements; Brazilian Supreme Court; Framings; Feminist Movement; Black Movement.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. A TEORIA DOS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS “FRAMINGS” INTERPRETATIVOS	15
1.1 A sociologia e a compreensão da teoria dos novos movimentos sociais	15
1.2 Goffman, Snow, Benford e a ideia de “framings” interpretativos	19
2. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, OS MOVIMENTOS SOCIAIS E A FORÇA NORMATIVA DOS PRINCÍPIOS	21
2.1 A força normativa dos princípios e a sua carga axiológica	23
3. O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, A INTERPRETAÇÃO DOS “FRAMINGS” E AS POSSÍVEIS ABSORÇÕES	25
3.1 Os princípios e o método de análise de “framings” interpretativos dos movimentos sociais na jurisdição constitucional	25
4. A ANÁLISE DOS PROCESSOS	28
4.1 Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n.º 186 e Recurso Extraordinário 597.285/RS – as ações afirmativas no ensino superior	29
4.1.1 A identificação dos “framings” nas exposições do movimento negro	46
4.1.2 Os reflexos dos movimentos sociais no acórdão da ADPF n.º 186	51
4.2 Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n.º 54 – direito ao aborto do feto anencefálico	56
4.2.1 A identificação dos “framings” nas exposições do movimento feminista	65
4.2.2 Os reflexos dos movimentos sociais no acórdão da ADPF n.º 54	68
5. CONCLUSÃO	76
REFERÊNCIAS	78

INTRODUÇÃO

Um dos grandes objetos de pesquisa envolvendo o Direito Constitucional está relacionado à democratização da jurisdição constitucional. Os processos e as matérias que ingressam perante o Supremo Tribunal Federal quase sempre são complexos e carecem de ampla discussão social e jurídica. Dentro de tal contexto, ferramentas processuais foram criadas para que houvesse debates, sendo exemplo dessas os institutos dos *amici curiae* e das audiências públicas.

Diante de tal circunstância, ressalta-se que o trabalho em questão busca analisar como as audiências públicas se relacionam com o acolhimento dos “*framings*” dos movimentos sociais. Isto é, irá se observar como a “leitura de mundo”¹ realizada pelos movimentos sociais é reproduzida pelo Supremo Tribunal Federal, sendo necessário melhorar a compreensão – a partir da análise das audiências, notas taquigráficas das manifestações em plenário, votos, etc. – sobre o modo como os “*framings*” podem influenciar ou modular a construção dos argumentos jurídicos em questões abertas e com alta carga axiológica, como as escolhidas para análise.

Cabe sublinhar que a presente pesquisa pretende realizar a análise de dois processos envolvendo o controle concentrado de constitucionalidade, sendo eles: (i) a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n.º 186 e; (ii) a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n.º 54, as quais envolvem, respectivamente, a garantia de ações afirmativas no ensino superior e o direito ao aborto do feto anencefálico.

É importante ressaltar, para devida contextualização, que a ideia de “*frames*”, fundamental para a delimitação do objeto da monografia, nasce de um desdobramento da teoria elaborada por Goffman realizada por Benford e Snow. Originariamente, como bem exposto por Angela Alonso, destaca-se que o conceito de “*frames*”, desenvolvido por Goffman, se referia a ideia de “quadros interpretativos que simplificam e condensam o ‘mundo exterior’, destacando, codificando e selecionando objetos, situações, acontecimentos, experiências e sequências de ações” (ALONSO, p. 78, 2009).

¹ Entende-se como leitura de mundo os “*framings*” expostos pelos movimentos sociais, os quais podem ser compreendidos como instrumentos que formam a percepção dos problemas, os mecanismos de soluções para esses e a própria ideia de ação coletiva para isso.

Por outro lado, Benford e Snow realizam um desdobramento de tal ideia, de modo a relacioná-la com a atividade dos movimentos sociais. Na visão dos autores, os movimentos sociais devem construir molduras interpretativas – ou “*framings*” – compostas por três dimensões: (i) diagnóstico, (ii) prognóstico e (iii) motivacional (BENFORD E SNOW, 2000). Segundo os autores, o enquadramento diagnóstico se relaciona com a interpretação de uma situação como problema social, enquanto o enquadramento prognóstico apontaria para as soluções dos problemas identificados. Por fim, o enquadramento motivacional é o responsável pela construção de mensagens que estimulam que os indivíduos enquadrados como vítimas a atuarem de forma coordenada em atividades de movimentos sociais (BENFORD E SNOW, 2000).

Faz-se importante esclarecer, a partir das ideias acima, que o conceito de “movimentos sociais” será compreendido à luz das ideias de Melucci, ou seja, não se classificará movimentos sociais como instituições, mas sim como “uma rede de pequenos grupos imersos na vida cotidiana que requerem um envolvimento pessoal na experimentação e na prática da inovação cultural” (MELUCCI, 1989, p. 61). Com base em tal premissa, Melucci sublinha que os movimentos surgem para fins específicos, como por exemplo, para grandes mobilizações pela paz, pelo aborto, contra política nuclear, etc. (MELUCCI, 1989).

A problemática do trabalho se relaciona com a necessidade de se observar como os “*framings*” podem influenciar ou modular a construção dos argumentos jurídicos em questões abertas e com alta carga axiológica no âmbito do Supremo Tribunal Federal.

Destaca-se que a escolha dos julgados envolvendo os interesses dos movimentos negros e feministas estão relacionados diretamente com o objetivo do trabalho, qual seja, de se verificar os argumentos expostos pelos movimentos sociais são enfrentados por parte dos Ministros.

A hipótese é de que o Supremo Tribunal Federal incorpora os “*framings*” dos movimentos sociais em um sentido jurídico, fazendo uma releitura de tais “enquadramentos interpretativos” à luz da doutrina e do direito, de modo que tais “*framings*” possuiriam um papel determinante na interpretação constitucional, uma vez que relacionados diretamente com a *ratio decidendi* das ações objetos da jurisdição constitucional. Por fim, outra hipótese é de que os *enquadramentos interpretativos* já incorporam, em alguma medida, elementos passíveis de

absorção pela argumentação mais especificamente jurídica, colocando em seu campo de possibilidades a juridicização ou mesmo a judicialização de determinados impasses.

Portanto, é indispensável frisar que esta será uma pesquisa sócio jurídica empírica, baseada na análise dos discursos dos expositores em audiências públicas realizadas no âmbito do Supremo Tribunal Federal.

Partindo, ainda, de leitura diversificada e da sistematização de bibliografia interdisciplinar, a pesquisa, que é qualitativa e descritiva, não deixará de possuir bagagem teórica, amparando-se, em especial, nos estudos sobre sociologia e, consequentemente, de movimentos sociais, tomando como premissa a indispensabilidade de um amplo debate social em decisões com alta repercussão social.

Com o compromisso de estruturar as ideias e a coesão do tema, a monografia irá se estruturar em 4 capítulos, sendo o capítulo 1 responsável por apresentar, a partir da ciência política e da sociologia, o conceito e classificações dos movimentos sociais, destacando, em primeira análise, o histórico debate e subdivisões quanto a atuação dos movimentos. Ainda no primeiro capítulo, há de se adentrar no conceito de “*framings*” ou “enquadramento interpretativo”, utilizando as bibliografias de Goffman, Snow e Benford.

No capítulo 2 irá se abordar como se dá a relação entre movimentos sociais e Supremo Tribunal Federal, com ênfase no acesso à Corte e na importância desses na realização da interpretação axiológica dos princípios em disputa na jurisdição constitucional.

Quanto ao capítulo 3, ocorrerá o desenvolvimento de um método de análise dos “*framings*” dos movimentos sociais, principalmente na seleção, na estrutura e na filtragem, de modo a dar a devida atenção às interpretações constitucionais desenvolvida por esses.

Ademais, no capítulo 4, haverá a observância das exposições dos movimentos realizadas no Supremo Tribunal Federal no âmbito das ADPFs n.º 54 e 184. Posteriormente, irá se debruçar no *como* os movimentos sociais formalizam seus “*framings*” frente os possíveis conflitos de direitos e interesses e *quais* são esses “*framings*”. Por fim, buscar-se-á analisar *se* o Supremo Tribunal Federal realiza a absorção dessas narrativas.

1. A TEORIA DOS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS “*FRAMINGS*” INTERPRETATIVOS

Com a intenção de levantar dados sobre a teoria dos movimentos sociais, este capítulo busca analisar e confrontar, por meio de artigos científicos e livros, pontos pertinentes e relevantes para a elaboração do trabalho final de curso. A ideia a ser trabalhada na monografia gira em torno do conceito de “novos movimentos sociais” desenvolvida por Alain Touraine, Alberto Melucci e Jürgen Habermas, bem como de “*framings*” (ou enquadramentos interpretativos) de Erving Goffman, posteriormente expandida por Benford, Snow. Tais conceitos serão determinantes para a posterior análise envolvendo a atuação dos movimentos sociais perante o Supremo Tribunal Federal.

1.1 A sociologia e a compreensão da teoria dos novos movimentos sociais

A autora Angela Alonso, em seu artigo intitulado “As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate” (ALONSO, 2009), busca fazer uma retrospectiva das teorias desde a era clássica até a contemporaneidade.

Em síntese, é importante salientar três famílias de abordagens teóricas relacionadas aos movimentos sociais trabalhados por Angela Alonso, sendo elas: a Teoria de Mobilização de Recursos (TMR), a Teoria do Processo Político (TPP), a ideia de estruturas de oportunidades políticas (EOP) – vinculada à TPP – e, a de maior importância para o presente trabalho, a Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS).

Angela Alonso explica que a Teoria de Mobilização de Recursos está relacionada à ideia de viabilização de recursos materiais e humanos para a organização do movimento social. Com fundamento nos dizeres de McCarthy e Zald, Angela esclarece que a TMR “aplicou a sociologia das organizações ao seu objeto, definindo os movimentos sociais por analogia com uma firma”, de modo a desvendar uma “burocratização dos movimentos sociais”, os quais, gradualmente, desenvolveram estruturas complexas por meio da criação de normas, hierarquia e especializações (ALONSO, 2009, p. 52).

Ademais, quanto à ideia de Teoria do Processo Político (TPP), Alonso sublinha o fato

de tal teoria, em conjunto com a Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS), nascer da exaustão dos debates marxistas sobre a possibilidade de uma revolução. Nessa perspectiva, a partir dos conceitos elaborados por Charles Tilly, Angela Alonso demonstra que um movimento social, à luz da TPP, pode ser definido como “uma interação contenciosa”, que “envolve demandas mútuas entre *desafiantes* e detentores do poder, em nome de uma população sob litígio” (TILLY *apud* ALONSO, 2009, p. 56). Considerando a definição de movimento social para a TPP, percebe-se a indispensabilidade de outro conceito relacionado, qual seja o de “estrutura de oportunidades políticas” (EOP).

A estrutura de oportunidade políticas (EOP), de acordo com aquela autora, é a responsável por dar o parâmetro político à Teoria do Processo Político. Segundo Sidney Tarrow, criador e principal defensor do referido conceito, quando há mudanças nas EOPs (isto é, nas dimensões formais e informais do ambiente político) se abrem ou se criam novos canais para expressão de reivindicações para grupos sociais de fora da política (TARROW *apud* ALONSO, p. 55, 2009). Além disso, Angela Alonso ressalta, com suporte de Kriesi, que tal abertura para as reivindicações podem ocorrer:

pelo aumento de permeabilidade das instituições políticas e administrativas às reivindicações da sociedade civil, provocadas por crises na coalizão política no poder; por mudanças na interação política entre o Estado e a sociedade, especialmente a redução da repressão a protestos; e pela presença de aliados potenciais (KRIESI *apud* ALONSO, 2009, p. 55).

Faz-se necessário abordar, ainda, a Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS)². Angela Alonso contextualiza a ideia de “novos movimentos sociais” ao destacar que tais movimentos “não se organizariam em combate ao Estado, nem com a finalidade de conquistá-lo”. Diferentemente disso, tais movimentos se caracterizariam por sua ação direta, ao nível dos próprios problemas sociais, de modo a serem agentes de pressão social, voltados para persuadir a sociedade civil, ou seja,

os movimentos sociais nasceriam na sociedade civil e, portadores de uma nova “imagem da sociedade”, tentariam mudar suas orientações valorativas. Os movimentos sociais aparecem, então, como o novo ator coletivo, portador de um projeto cultural. Em vez de demandar democratização política ao Estado, demandariam uma democratização social, a ser construída não no plano das leis, mas dos costumes; uma mudança cultural de longa duração gerida e sediada no âmbito

² Em razão da ênfase dada ao aspecto cultural ou “simbólico” dos movimentos, observa-se a utilização do advérbio “novo” para distingui-los dos “velhos” (ALONSO, 2009, p. 68). Destaca-se, ainda, que autores Plotke atacaram a distinção entre “novos” e “velhos” movimentos, sustentando que, em qualquer tempo, movimentos sociais combinam demandas materiais e simbólicas (PLOTKE, 1992).

da sociedade civil (ALONSO, 2009, p. 60-61).

Considerando o conceito da TNMS trabalhado por Angela Alonso, faz-se necessário regressar aos autores envolvidos na origem e posterior desenvolvimento do conceito, sendo eles, Habermas, Touraine e Melucci. No que diz respeito à teorização dos movimentos sociais, o ponto comum entre tais autores se faz presente na crítica à ortodoxia marxista, mantendo, no entanto, o enquadramento macro-histórico e a associação entre mudança social e formas de conflitos. A teoria, em síntese, é apresentada por meio de uma interpretação macroestrutural, não se limitando às “classes” do capitalismo, mas sim em uma premissa de novos temas e agentes para as mobilizações coletivas, considerando que teria ocorrido uma espécie de “mutação” dos conflitos do trabalho entre classes dominantes e proletárias.

Segundo Touraine, “o conflito não está mais associado a um setor considerado fundamental da atividade social, à infraestrutura da sociedade, ao trabalho em particular; ele está em toda a parte” (TOURAINÉ, 1989, p. 13). Ou seja, os “novos conflitos” poderiam ocorrer em relações envolvendo grupos vulneráveis em relação ao padrão sociocultural de uma determinada sociedade – como nos casos citados pelo autor sobre negros, hispânicos, índios, homossexuais, mulheres, jovens, velhos e intelectuais.

Em mesma linha, Jürgen Habermas sustenta que o conflito capital-trabalho, típico do século XIX, teria sido amenizado pelo Estado, uma vez que este assumiu novas tarefas e, dentre essas, a de regulador da produção e do mercado e a de efetivação das políticas sociais (HABERMAS, 1984). Assim, os NMS não seriam, para o autor, motivados por questões redistributivas, mas em lutas simbólicas em torno de definições da boa vida, no sentido de construírem formas de resistência às padronizações e à racionalização das interações sociais em favor da manutenção ou expansão de estruturas comunicativas, demandando qualidade de vida, equidade, realização pessoal, participação e direitos humanos (HABERMAS, 1981, p. 33).

Quanto à abordagem de Alberto Melucci, este entende pela instituição de um “novo espaço político”, o qual estaria designado além da distinção tradicional de Estado e sociedade civil:

Um espaço público intermediário, cuja função não é institucionalizar os movimentos, nem transformá-los em partidos, mas fazer a sociedade ouvir suas mensagens e traduzir suas reivindicações na tomada de decisão política, enquanto mantém sua autonomia (MELUCCI, 1989, p. 64).

Nesta linha, Melucci explica que os movimentos produzem a modernização, estimulam a inovação e impulsionam a reforma. Ao analisar as oportunidades e constrangimentos relacionados às ações coletivas, o autor argumenta que:

Indivíduos agindo coletivamente ‘constroem’ suas ações por meio de investimentos ‘organizados’; isto é, eles definem em termos cognitivos o campo de possibilidades e limites que percebem, enquanto, ao mesmo tempo, ativam suas relações de modo a dar sentido ao seu ‘estar junto’ e aos fins que perseguem (MELUCCI, 1988, p. 332).

Em análise da teoria do autor, Angela Alonso identifica semelhança de Melucci com Tilly e diferença quanto à Touraine e Habermas, uma vez que o autor define os movimentos sociais como uma forma de ação coletiva, a qual surgiria a partir de um campo de oportunidades e constrangimentos, fazendo com que houvesse organização, lideranças e estratégias (ALONSO, 2009).

Nesse viés, faz-se importante esclarecer que, para Melucci, os movimentos sociais não são vistos como instituições, mas como “uma rede de pequenos grupos imersos na vida cotidiana que requerem um envolvimento pessoal na experimentação e na prática da inovação cultural” (MELUCCI, 1989, p. 61). Com base em tal concepção, Melucci sublinha que os movimentos surgem para fins específicos, como por exemplo, para grandes mobilizações pela paz, pelo aborto, contra política nuclear, etc. (MELUCCI, 1989).

Diante das teorias e conceitos expostos, é importante frisar, ao fim deste subcapítulo, que os novos movimentos sociais possuiriam demandas simbólicas, as quais estariam relacionadas com o reconhecimento de identidades ou de estilos de vida. Ou seja, funcionariam por meio da ação direta, pacífica, baseada numa organização fluída, não hierárquica, descentralizada e desburocratizada. Além disso, essas não se dirigiriam, prioritariamente, ao Estado, mas à sociedade civil, almejando, sobretudo, mudanças culturais no longo prazo (ALONSO, 2009).

Portanto, verifica-se que a ideia de Novos Movimentos Sociais é de suma importância para o presente trabalho, haja vista a relação entre a pauta dos movimentos sociais contemporâneos a disputa por argumentos jurídicos em questões abertas e com alta carga axiológica, relacionados, por exemplo, ao direito à igualdade, à vida e à liberdade, como nos

casos dos movimentos negro e feminista, que serão fruto de análise nos próximos capítulos.

1.2 Goffman, Snow, Benford e a ideia de “framings” interpretativos

Em primeira análise, faz-se necessário a devida atenção ao conceito de “*frames*”, que, para Goffman, seria uma “coletividade de definições de situações que governam eventos sociais e nosso envolvimento subjetivo neles” (GOFFMAN, 2012, p. 10). Nessa conjuntura, o autor expõe que as “molduras” carregariam uma duplicidade, ou seja, seriam tanto reconhecidas nas situações sociais, como também seriam aplicadas pelos indivíduos em diferentes subjetividades. Sendo assim, haveria diferentes graus de literalidade ou de abertura para diferentes interpretações (GOFFMAN, 2012).

Dentro de tal contexto, é necessário ressaltar que a concepção adotada por Erving Goffman tem como foco a questão de que o indivíduo exerce múltiplos papéis. Para o autor, o indivíduo influencia o modo com que os outros o verão pelas suas *ações*. Ou seja, por vezes, o indivíduo agirá de forma teatral para dar uma determinada impressão com fim de que se obtenha dos observadores as respostas que lhe interessa, mas outras vezes poderá, também, estar atuando sem ter consciência disto. Por fim, Goffman ressalta que, muitas vezes, não será ele (o indivíduo) que moldará o seu comportamento, e sim seu grupo social ou tradição na qual pertença (GOFFMAN, 2007, p. 67).

Tendo como base a conceituação inicial de Goffman, convém chamar a atenção para a importação do “enquadramento interpretativo” relacionado com a literatura dos movimentos sociais. Byrd e Snow (2007) contextualizaram o enquadramento interpretativo à luz das atividades de movimentos sociais, caracterizando o referido conceito em torno de três grandes dimensões: (i) as tarefas nucleares de enquadramento interpretativo; (ii) os processos de desenvolvimento de molduras interpretativas da ação coletiva (MIACs) e; (iii) os resultados do enquadramento interpretativo.

Ao abordarmos o primeiro tópico, ressalta-se que, de acordo com a literatura em análise, tem-se que, a fim de gerar/organizar mobilizações, os movimentos sociais devem construir molduras interpretativas compostas por três dimensões: diagnóstico, prognóstico e motivacional (BENFORD E SNOW, 2000). Segundo os autores, no enquadramento de diagnóstico, os movimentos sociais devem interpretar determinada situação como um

problema social e, mais especificamente, como uma “injustiça”, identificando, assim, os “culpados” pela existência da situação e as fronteiras entre “nós” e “eles” e entre o “bem” e o “mal”. Em contrapartida, no enquadramento de prognóstico, os integrantes dos movimentos devem apontar as *soluções para os problemas identificados*, assim como desenhar planos para efetivá-los. Por fim, o enquadramento motivacional seria o responsável pela construção de mensagens que estimulam que os indivíduos enquadrados como vítimas (ou aqueles que atuam em seu nome) se engajem de forma sustentada em atividades de movimentos sociais (BENFORD E SNOW, 2000).

No que diz respeito ao processo de desenvolvimento de molduras interpretativas da ação coletiva, chama a atenção o modo como se dá a construção das molduras interpretativas pelos movimentos sociais. Salienta-se que, entre os autores que trabalham com o conceito de molduras interpretativas, a cultura tende a ser vista como uma “*caixa de ferramentas*” para as suas ações, da qual os movimentos sociais podem retirar discursos, símbolos, mitos e memórias para conectá-los de diferentes formas, produzindo novas interpretações (BENFORD E SNOW, 2000; NOAKES E JOHNSTON, 2005).

Considerando tal quadro, Marcelo Kunrath Silva, Fernando Coutinho Cotanda e Matheus Mazzilli Pereira (2015, p. 155) afirmam que

para criar novas interpretações acerca das situações vivenciadas, militantes conectam discursivamente categorias socialmente disponíveis que não tenham ligação prévia entre si (articulação), dando destaque a determinados elementos desta classificação.

Ademais, importa frisar a citação de Ancelovici (2002, p. 434), o qual alega que

novas molduras interpretativas não são simplesmente inventadas do nada (...) elas se baseiam em valores, categorias e símbolos familiares, de modo a esta familiaridade lhes possibilita a ressonância com o público alvo.

Por fim, ao citarmos os resultados do enquadramento interpretativo, destacam-se os três fatores principais que afetam diretamente os resultados obtidos por meio dos processos de enquadramento interpretativo: (a) as características dos criadores e porta-vozes do movimento, tais como sua credibilidade, seu carisma, sua orientação estratégica e seu papel institucional (JOHNSTON E NOAKES 2005), ou seja, a moldura interpretativa de uma ação coletiva pode ter resultados variados de acordo com o ator social que a utiliza; (b) as características dos

interlocutores, ou seja, os resultados também podem ser ampliados se os interlocutores dos movimentos sociais fossem portadores de interpretações prévias que tenham algum contato com as mensagens veiculadas pelas organizações; (c) as molduras devem ser internamente consistentes, de modo a serem vistas como relevantes para a classificação do cotidiano dos aderentes em potencial e, principalmente, devem conter elementos que vão ao encontro de interpretações culturalmente estabelecidas para que seu potencial de resultado seja alto (NOAKES E JOHNSTON, 2005).

Marcelo Kunrath Silva, Fernando Coutinho Cotanda e Matheus Mazzilli Pereira (2015, p. 155), por outro lado, abordam a necessidade do chamado “enquadramento contestatório” encontrar semelhanças com a cultura vigente na sociedade, o que poderia ser meio ressonância social da demanda dos movimentos sociais. Na visão dos autores, isso ocorre “na medida em que tais interpretações estabelecidas (...) são favoráveis ao *status quo*”, ou seja, quanto mais as interpretações são baseadas nos valores sociais impostos, haverá, por consequência disso, maior apoio das diversas camadas sociais às demandas dos movimentos.

Diante da literatura abordada e dos conceitos trabalhados, o presente trabalho realizará uma análise dos “*framings*” dos movimentos sociais negros e das mulheres em relação aos princípios contidos na Constituição da República, principalmente no que diz respeito às disputas de interpretações envolvendo a concessão de “cotas raciais” e à autorização envolvendo os casos de “aborto de feto anencefálico”.

Ao fim, é importante salientar a ideia de “*framings*” mostra-se indispensável ao trabalho em razão de se identificar como os movimentos sociais constroem a sua narrativa, principalmente no que diz respeito aos argumentos dotados de alta carga axiológica, os quais podem direcionar a Corte a percepção e, conseqüentemente, solução da problemática. Ou seja, a ideia de “*framings*”, a identificação desses nos discursos dos movimentos sociais e a posterior identificação da absorção ou não, pela Suprema Corte, será o cerne do presente trabalho.

2. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, OS MOVIMENTOS SOCIAIS E A FORÇA NORMATIVA DOS PRINCÍPIOS

A jurisdição constitucional brasileira, com o advento da Constituição da República de 1988, instituiu meios de acesso da sociedade civil à Suprema Corte. Uma das principais

mudanças envolvendo a democratização da jurisdição constitucional encontra-se na ampliação do rol de legitimados para ingresso na corte, conforme exposto no Art. 103 da CRFB/88³. Além disso, houve, posteriormente, a criação de mecanismos para o aumento de um debate social para a tomada de decisão, tal como a Audiência Pública, prevista na Lei 9.869/99, a qual prevê, em seu Art. 9º, §1º, a possibilidade do relator “fixar data para, em audiência pública, ouvir depoimentos de pessoas com experiência e autoridade na matéria”.

Com base em tal contextualização, é importante destacar que, apesar de haver considerável “abertura” da jurisdição constitucional, ainda se observa alguns limites ao acesso à Corte, relacionados desde a seletividade⁴ e linguagem jurídica⁵ à criação de uma jurisprudência defensiva⁶ pelo próprio Supremo Tribunal Federal.

Como exemplo do último problema citado, é possível citar o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade n.º 42, realizado em 1992, no qual o STF reconheceu a ilegitimidade na Associação Brasileira das Companhias Abertas – ABRASCA ao entender “entidades de classe de âmbito nacional” como aquelas de caráter econômico e profissional. Juliana Cesário demonstra que o STF, com base em tal entendimento, firmou sua jurisprudência e rejeitou o acesso à jurisdição constitucional por parte de diversas organizações, tais com a Associação Brasileira de Consumidores, a Associação dos Ex-Combatentes, a Associação Brasileira de Defesa do Cidadão – ABRADEC e a União Nacional dos Estudantes – UNE (GOMES, 2020).

Diante de tal fato, o presente trabalho aborda o diálogo entre os movimentos sociais –

³ Art. 103. Podem propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade: I - o Presidente da República; II - a Mesa do Senado Federal; III - a Mesa da Câmara dos Deputados; IV - a Mesa de Assembléia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal; V - o Governador de Estado ou do Distrito Federal; VI - o Procurador-Geral da República; VII - o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; VIII - partido político com representação no Congresso Nacional; IX - confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.

⁴ Juliana Cesário invoca a “seletividade” para demonstrar algumas dificuldades enfrentadas por grupos socialmente vulneráveis ao acessar à Corte Constitucional, tais como a falta de transparência e equidade nos despachos – ou “embargos auriculares” – e restrições quanto à vestimenta, altamente formal e com o “potencial de excluir, por exemplo, estudantes uniformizados ou grupos sociais que utilizam suas roupas como parte de suas identidades, como minorias étnicas” (GOMES, 2020).

⁵ Daniel Cardinali demonstra que “o Direito tem uma gramática específica, um discurso próprio, e as demandas que pretendam ser dirigidas aos seus operadores, como o Judiciário, devem ser formuladas dentro destes limites de inteligibilidade. Tal circunstância importa um processo de “tradução” das demandas sociais para o “juridiquês” que pode representar a sua “domesticação” e seu arrefecimento” (CARDINALI, 2018).

⁶ A jurisprudência defensiva pode ser vista como ação que limita o número de processos a serem julgados no mérito, tendo como fim a redução do excessivo número de feitos a cargo dos Tribunais superiores. Tal medida pode ser feita a partir de exigências exacerbadas para admissão de recursos, como na própria limitação de legitimados, como no caso de proposição de ações no controle concentrado.

negros e feministas – e a Suprema Corte, tendo como parâmetro as duas ADPFs citadas no capítulo anterior. Destaca-se a necessidade de se analisar *como* os “*framings*” dos movimentos sociais se estruturam a partir da lógica jurídica, isto é, dos princípios e da própria ideia de força normativa da Constituição⁷. Além disso, se examinará *se* estes são absorvidos, ou não, pela Corte Constitucional.

2.1 A força normativa dos princípios e a sua carga axiológica

Em primeiro lugar, faz-se necessário uma breve retomada aos autores clássicos sobre a questão de regras, princípios e direitos fundamentais, tais como Dworkin e Alexy.

A partir das ideias de Ronald Dworkin, sublinha-se a diferenciação entre princípios jurídicos e regras jurídicas. Na visão do autor, ambas apontam para “*decisões particulares acerca da obrigação jurídica em circunstâncias específicas*”, no entanto, a distinção marcante entre elas é observável “quanto à natureza da orientação que oferecem”, pois enquanto as regras se aplicam de modo “tudo-ou-nada”, os princípios funcionariam dentro de uma lógica que eles seriam os responsáveis por inclinarem a decisão em uma determinada direção, embora de maneira não conclusiva (DWORKIN, 2002).

Por outro lado, Robert Alexy, ao realizar um refinamento da teoria de Dworkin, realizou novas definições para princípios e regras. As *regras*, na visão do autor, seriam classificadas como normas que são satisfeitas ou não, ou seja, se uma regra possui validade, logo, deve-se fazer exatamente aquela determinação. Já os princípios, na visão de Alexy, podem ser classificados como

mandamentos de otimização, que são caracterizados por poderem ser satisfeitos em graus variados e pelo fato de que a medida devida de sua satisfação não depende somente das possibilidades fáticas, mas também das possibilidades jurídicas. O âmbito das possibilidades jurídicas é determinado pelos princípios e *regras colidentes* (ALEXY, 2008, p. 90).

De acordo com Robert Alexy, quando há conflitos entre “regra e regra”, a solução de tal conflito perpassa a introdução, a uma das regras, de uma “cláusula de exceção que elimine

⁷ Conforme exposto por Canotilho, tal expressão pretende significar “que a constituição é uma lei vinculativa dotada de *efetividade e aplicabilidade*” (CANOTILHO, 2003).

o conflito”⁸ ou pela invalidade de uma das duas (ALEXY, 2008, p. 92). Quanto às colisões entre “princípio e princípio”, as soluções são mais complexas, uma vez que há a necessidade de cessão de um em face do outro, sem, no entanto, o outro ser declarado inválido (ALEXY, 2008, p. 93-94).

Em alusão às ideias de Georg Henrik von Wright, Alexy destaca a diferenciação entre *valor* e *princípio* com base na divisão de três grupos de conceitos práticos desenvolvidos pelo por Henrik, os quais abarcariam o campo de disputas fundamentais tanto na Filosofia Prática quanto na Ciência do Direito.

Os conceitos práticos dividem-se em três grupos, sendo eles: (i) os deontológicos, (ii) os antropológicos e, (iii) os axiológicos. O primeiro grupo está relacionado à ideia de dever, proibição, permissão e de direito a algo. De outra forma, o segundo está acobertado pelo juízo de vontade, interesse, necessidade, decisão e ação. Por fim, o grupo dos *axiológicos* é caracterizado pela diferenciação ao conceito básico dever ou de dever-ser e, especificamente, à vinculação ao conceito de bom (VON WRIGHT *apud* ALEXY, 2008, p. 145-146).

Robert Alexy demonstra, a partir de um desenvolvimento do terceiro grupo, que a “*diversidade de conceitos axiológicos decorre da diversidade de critérios por meio dos quais algo pode ser qualificado como bom*”. Segundo o autor,

conceitos axiológicos são utilizados quando algo é classificado como bonito, corajoso, seguro, econômico, democrático, social, liberal ou compatível com o Estado de Direito (ALEXY, 2008, p. 145).

À luz das teorias supracitadas, sublinha-se a importância do trabalho de se investigar como os “*framings*” dos movimentos sociais podem influenciar ou modular a construção dos argumentos jurídicos em questões abertas e com alta carga axiológica no âmbito do Supremo Tribunal Federal. Assim sendo, tem-se que a análise envolverá processos com o interesse e, consequentemente, participação dos movimentos feminista e negro, bem como a contribuição desses para a formação de uma interpretação constitucional, com destaque para o exame da *ratio decidendi* das ações.

⁸ O exemplo citado pelo autor é a hipótese da introdução de uma cláusula de exceção a uma proibição de sair da sala de aula antes que o sinal toque e o dever de deixar a sala se soar o alarme de incêndio.

3. O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, A INTERPRETAÇÃO DOS “FRAMINGS” E AS POSSÍVEIS ABSORÇÕES.

Como destacado no capítulo anterior, tem-se que o ingresso dos movimentos sociais perante o Supremo Tribunal Federal ocorre, principalmente, por meio de audiências públicas, podendo, ainda, ocorrer por meio de *amicus curiae*⁹.

Considerando o marco teórico do presente trabalho, principalmente no que diz respeito à formação das percepções dos problemas, admite-se que os “*framings*” dos movimentos sociais poderão ser reproduzidos por associações com interesses convergentes, na medida da ressonância social daquela narrativa. Como breve contextualização, é possível citar a ideia de promoção de igualdade racial ou de gênero buscado, respectivamente, pelo movimento negro e feminista, as quais podem ser acolhidas, por exemplo, por determinada organização não governamental (ONG).

Diante de tal campo, sublinha-se que a análise das exposições ocorrerá com base na fala de movimentos sociais, de associações e de organizações que trabalham na convergência da defesa de direitos sociais, políticos e humanos. Ou seja, não haverá a análise de exposições que envolva, por exemplo, falas técnicas da medicina¹⁰, de modo ao foco do presente trabalho ser nas exposições dos movimentos sociais ou de associação ou organizações que reflita os interesses daqueles.

3.1 Os princípios e o método de análise de “*framings*” interpretativos dos movimentos sociais na jurisdição constitucional

Partindo do pressuposto que o Supremo Tribunal Federal engloba discussões controvertidas envolvendo a aplicação dos princípios constitucionais – concernentes aos direitos fundamentais – e, conseqüentemente, a aplicação desses de maneira coerente, congruente e concomitante, a análise das narrativas exaradas em sede de audiência pública dar-se-á a partir da hermenêutica dos princípios e da ideia de promoção de direitos fundamentais.

⁹ Cabe esclarecer aqui que, originariamente, o Supremo Tribunal Federal entendia que o expositor em audiência pública também era um *amicus curiae*. No entanto, houve mudanças posteriores e o presente trabalho compreenderá “expositor” como pessoas que participam da audiência pública e *amicus curiae* como pessoas que representam interesse de terceiros com sustentação oral perante o plenário do Supremo Tribunal Federal, nos moldes do Art. 138 do Código de Processo Civil.

¹⁰ No caso da ADPF 84 diversos especialistas realizaram exposição com o fim de abordar a temática pelo viés da medicina. Tais discursos não serão objeto do presente trabalho.

Ferdinand Lassale assevera que os problemas constitucionais “não são problemas de direito, mas do *poder*” (LASSALE, 2010, p. 47). Dentro de tal premissa, o autor argumenta que o valor e a durabilidade de uma Constituição fundamentam a expressão dos fatores reais de poder que vinculam em uma sociedade. Sendo assim, o autor aponta a monarquia, a aristocracia, a grande burguesia, os banqueiros e, também, a pequena burguesia e o proletariado dentre *fatores reais de poder* (2010, p. 19). Na perspectiva de Lassale, a essência da Constituição não seria portadora de normatividade, não sendo outra coisa que “um pedaço de papel” a representar a expressão escrita dos fatores reais de poder.

Em desdobramento das ideias de Lassale, Konrad Hesse, em sua obra “A força normativa da Constituição” (HESSE, 1991), argumenta que a “Constituição não configura (..) apenas expressão de um ser, mas também de um dever ser”. Em linha contínua, o autor expõe que

Para que as suas proposições tenham consistência em face da realidade, ele [Direito Constitucional] não deve contentar-se com uma complementação superficial do “pensamento jurídico rigoroso” através da adoção a uma perspectiva histórica, social, econômica, ou de outra índole. Devem ser examinados todos os elementos necessários atinentes às situações e forças, cuja atuação afigura-se determinante no funcionamento da vida ao Estado. Por isso, o Direito Constitucional depende das ciências da realidade mais próximas, como a História, a Sociologia e a Economia. Isso significa que o Direito Constitucional deve preservar, modestamente, a consciência dos seus limites. Até porque a força normativa da Constituição é apenas uma das forças de cuja atuação resulta a realidade do Estado. E esta força tem limites (HESSE, 1991, p. 26).

Peter Haberle, em sua obra “Hermenêutica Constitucional: a Sociedade Aberta dos Intérpretes da Constituição” desenvolve tal perspectiva desenvolvida por Hesse, de modo a desenvolver a seguinte tese:

no processo de interpretação constitucional estão potencialmente vinculados todos os órgãos estatais, todas as potências públicas, todos os cidadãos e grupos, não sendo possível estabelecer-se um elenco cerrado ou fixado com *numerus clausus* de intérpretes da Constituição (HABERLE, 1997, p. 14).

É importante salientar que o conceito de “sociedade aberta”, desenvolvido originariamente por Karl Popper¹¹, é utilizado por Peter Harbele no sentido de compreender a materialização da interpretação e a concretização da Constituição por meio de um processo

¹¹ Na obra “A Sociedade aberta e os seus Inimigos”, Popper ressalta a necessidade de criação de condições políticas e sociais para que os atores sociais estabeleçam um confronto dialógico, capaz de propor alternativas às ideias avaliadas de forma racional, chegando a posições baseadas sobre a verdade objetiva e o bem comum.

público integrado por um rol aberto de intérpretes, o qual se expressa e é posto em prática tanto pela aplicação formal quanto pela vivência do texto.

O autor sustenta a necessidade de que os instrumentos de informação dos juízes constitucionais sejam ampliados, com destaque às audiências públicas e às “intervenções de interessados”, assegurando-se novas formas de interação das potências públicas pluralistas enquanto intérpretes em sentido amplo da Constituição (HABERLE, 1997, p. 47-48).

Nessa perspectiva, ao ter acesso a visões plurais frente a uma problemática, as Corte constitucionais poderiam passar a contar com os benefícios decorrentes dos subsídios técnicos, implicações político-jurídicas e elementos de repercussão econômica que possam vir a ser apresentadas pela sociedade civil.

Considerando tal concepção, faz-se necessário a citação das ideias de Emiliano Brunet, o qual expõe a possibilidade de se vislumbrar a apropriação da Constituição como documento portador de elevada carga axiológica e de normas de textura aberta, haja vista a integração de um discurso voltado à construção de laços de solidariedade e identidade. Nesse sentido, o autor faz a seguinte observação:

A este propósito, veja-se, por exemplo, como um texto constitucional que estabelece a “*erradicação da pobreza e da marginalização*” ou a “*redução de desigualdades sociais e regionais*” como “*objetivos fundamentais da República*” (art. 3º da CR/88) acaba por carregar consigo um potencial de incorporação em discursos de construção de laços de identidade e solidariedade

(...)

É lógico, no exemplo dado, que as noções de “marginalizados”, “excluídos”, assim como a de classes ou regiões geográficas particularmente penalizadas não estão abstratamente predeterminadas e hão de ser construídas, mas para isso a apropriação da Constituição por seus intérpretes certamente fará parte do processo (BRUNET, 2015, p. 50 grifos do autor).

Ao retomar as ideias Benford e Snow, é importante ressaltar, mais uma vez, a construção de molduras interpretativas compostas a partir de três dimensões: diagnóstico, prognóstico e motivacional (BENFORD E SNOW, 2000).

À luz dessas dimensões, irá se analisar: (i) como os movimentos negro e feminista interpretam, respectivamente, o problema social da desigualdade racial e de vedação ao aborto – e mais especificamente o aborto de feto anencéfalo –, bem como quais os “*culpados*” pela

existência das problemáticas – esfera a qual se relaciona com a dimensão diagnóstica¹²; (ii) quais as *soluções para os problemas identificados*, assim como os planos para efetivá-los, com ênfase na interpretação feita pelos movimentos sociais envolvendo a Constituição da República – conexo à dimensão prognóstica¹³.

A partir disso, tem-se que a terceira dimensão não será fruto de análise das exposições dos movimentos sociais, pois a atividade da dimensão motivacional se relaciona com a construção de mensagens que estimulam os indivíduos enquadrados como vítimas (no caso específico deste trabalho, os negros e mulheres) a se engajarem de forma sustentada em atividades de movimentos sociais, ou seja, é uma atividade que não é abrangida pela atuação dos movimentos no âmbito do Supremo Tribunal Federal.

É importante citar também, Marcos Ancelovici, chamando a atenção para o fato das “molduras interpretativas” dos movimentos sociais se basearem em “valores, categorias e símbolos familiares, de modo a esta familiaridade lhes possibilita a ressonância com o público alvo” (2002, p. 434). Assim, reitera-se a hipótese do trabalho de que as narrativas dos movimentos podem ser feitas à luz da doutrina e do direito, de modo que tais “*framings*” possuiriam um papel determinante na interpretação constitucional e na valoração dos princípios constitucionais, sendo inclusive um meio de facilitação da absorção por parte dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

4. A ANÁLISE DOS PROCESSOS

Há de se sublinhar que o presente trabalho não irá analisar todos os processos em que houve a atuação dos movimentos sociais. Assim, a escolha dos dois processos a serem analisados no presente capítulo foi feita em razão do alargamento da possibilidade de ouvir as demandas sociais, principalmente por meio das audiências públicas¹⁴. No entanto, destaca-se que, por ter sido realizadas audiências públicas, ambos processos não tiveram a participação de *amicus curiae*¹⁵.

¹² Ver subcapítulo 1.2 (pg. 19-21)

¹³ Ver subcapítulo 1.2 (pg. 19-21).

¹⁴ Importante sublinhar que o presente trabalho faz uma distinção entre “amicus curiae” e “expositores de audiência pública”, considerando que o primeiro é classificado como intervenção de terceiros e o segundo previsto na Lei 9.868/1999.

¹⁵ Como destacado anteriormente, há a possibilidade de se ouvir “movimentos sociais” por meio de tal instrumento. Como exemplo, é possível citar as exposições do Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero (ANIS) e da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT) no âmbito da Ação Direita

4.1 Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n.º 186 e Recurso Extraordinário 597.285/RS – as ações afirmativas no ensino superior

A ADPF 186 foi ajuizada em 2009 pelo partido Democratas (DEM), na qual o legitimado questionou os atos administrativos do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade de Brasília (Cepe/UnB), que havia determinado a reserva de vagas oferecidas pela universidade. Em sua petição inicial, o DEM sustentou, em síntese, que a política de cotas adotada na universidade feriria vários preceitos fundamentais da Constituição da República, tais como os princípios da dignidade da pessoa humana, de repúdio ao racismo e da igualdade, bem como de dispositivos que estabelecem o direito universal à educação.

Igualmente, destaca-se o Recurso Extraordinário 597.285/RS, o qual fora, também, um dos motivos da convocação da audiência pública. O citado recurso foi interposto por um estudante que se sentiu prejudicado pelo sistema de cotas adotado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). O aluno contesta a constitucionalidade do sistema de reserva de vagas como meio de ingresso no ensino superior, uma vez que ele não foi aprovado no vestibular para o curso de Administração, embora tenha alcançado pontuação maior do que alguns candidatos admitidos no mesmo curso pelo sistema de cotas.

O relator do processo em questão, Ministro Ricardo Lewandowski, convocou, em 2009, audiência pública para a discussão do tema de cotas. Tendo sido realizado em março de 2010, a referida audiência foi realizada em três dias, de modo a ser escutada a fala de 38 expositores de associações, fundações, movimentos sociais e entidades envolvidas com o tema.

A audiência em questão será analisada a partir deste parágrafo, de modo a se filtrar e se debruçar sobre as falas que envolva os interesses dos movimentos negros, com destaque para as possíveis interpretações dos princípios constitucionais e, consequentemente, do alcance dos direitos fundamentais.

Nesse cenário, importa expor o quadro geral das entidades representadas na audiência pública, o qual é estruturado abaixo:

de Inconstitucionalidade 4275, ou a exposição da EDUCAFRO (Educação e Cidadania de Afrodescentes e Carentes) no âmbito da Arguição de Preceito Fundamental 635.

Tabela 1 – Entidade representada/Pessoa Física sem representação
Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil
Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
Secretaria Especial de Direitos Humanos
Ministério da Educação
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA
Partido Democratas
Universidade de Brasília
Recorrente do RE 597.285/RS
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Senador Demóstenes Torres
Movimento Contra o Desvirtuamento do Espírito da Reserva de Quotas Sociais
Fundação Cultural Palmares
Centro de Estudos Africanos da Universidade de São Paulo
Conectas Direitos Humanos
Sociedade Afro-Brasileira de Desenvolvimento Sócio Cultural
Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes – EDUCAFRO
Ação Educativa
Coordenação Nacional de Entidades Negras
Geledés Instituto da Mulher Negra de São Paulo
Movimento Negro Socialista
Movimento Pardo-Mestiço Brasileiro – MPMB
Associação dos Caboclos e Ribeirinhos da Amazônia
Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
União Nacional dos Estudantes (UNE)
Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro
Universidade Estadual de Campinas
Universidade Federal de Juiz de Fora
Universidade Federal de Santa Maria
Universidade Federal do Amazonas
Universidade Federal de Santa Catarina
Associação dos Juízes Federais
Sérgio Danilo Junho Pena (Pessoa Física)
Yvone Magge (Pessoa Física)
George de Cerqueira Leite Zarur (Pessoa Física)
Eunice Ribeiro Durham (Pessoa Física)
Ibsen Noronha (Pessoa Física)

Fonte: Elaborada pelo autor a partir dos dados da Audiência Pública realizada em 2010 no âmbito da ADPF nº 186.

Há de se sublinhar que os casos a serem analisados se relacionam com os interesses dos movimentos negros. Convém salientar, assim, o conceito exarado por Melucci, o qual compreende os movimentos sociais como produtores de modernização, estimulando a inovação e impulsionando a reforma. Dessa forma, salienta-se que o discurso de organizações conservadoras não será analisado, uma vez que estes não se enquadram na ideia de movimento social desenvolvido por Melucci. À luz de tal premissa, convém sublinhar que tais organizações

não compartilham de uma visão que busca a mudança e o alcance do direito, mas sim a manutenção do *status quo*.

Sendo assim, as falas a serem analisadas estão vinculadas às seguintes entidades: (i) Fundação Cultural Palmares; (ii) Conectas Direitos Humanos; (iii) Sociedade Afro-Brasileira de Desenvolvimento Sócio Cultural; (iv) Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes – EDUCAFRO; (v) Coordenação Nacional de Entidades Negras; (vi) Geledés Instituto da Mulher Negra de São Paulo; (vii) Movimento Negro Socialista; (viii) Movimento Pardo-Mestiço Brasileiro – MPMB; (ix) Associação dos Caboclos e Ribeirinhos da Amazônia; (x) União Nacional dos Estudantes.

Representando a organização não governamental (ONG) Conecta Direitos Humanos, falou o Professor Oscar Vilhena Vieira. O Doutor e Mestre em Ciência Política pela Universidade de São Paulo e Mestre em Direito pela Universidade de Columbia, iniciou a sua fala com a pretensão de desmistificar a ação afirmativa e, para isso, esclareceu que essa não seria uma invenção americana, mas sim da Constituição Indiana. Nessa esfera, Oscar Vilhena expos que Ghandi e Neru foram os responsáveis por colocar na Constituição Indiana a necessidade de que o estado tomasse “medidas claras para reverter um processo secular de estratificação dos mais perversos que existe na humanidade” (BRASIL, 2010, p. 223).

Ao abordar o questionamento se o critério "raça" para o processo de seleção para o ensino universitário violaria a Constituição, Oscar Vilhena foi claro ao defender a negativa a tal resposta. Segundo o Professor,

(...) os programas de ação afirmativa que incluem raça - não apenas raça, que incluem pobreza, inclui origem escolar e outras coisas - não só não são compatíveis com o princípio formal da igualdade, como eles *são uma exigência constitucional para a realização de uma série de princípios e políticas e objetivos constantes de diversos artigos da Constituição* (grifo nossos) (BRASIL, 2010, p. 223-224).

O expositor sustenta que qualquer mecanismo de escolha dentro do Estado exige critérios de discriminação, citando o exemplo dos vestibulares, os quais possuem como critério o acúmulo de saber. Nesse viés, o Professor afirmou ser evidente que tal processo leva a uma enorme e desproporcional exclusão de determinados grupos dentro da sociedade. Como exemplo, ele cita Martin Luther King, reconhecido como um dos maiores oradores do Século XX, o qual foi excluído e repetiu o exame do vestibular da Universidade de Boston (BRASIL,

2010).

Oscar Vilhena também argumenta que “a língua que se fala nos guetos é incompreensível” e que “se o vestibular não é feito por estes, evidentemente que a língua que se fala nos guetos não será suficiente para atingir os critérios universais, meritocráticos, igualitários, que se exige no vestibular” (BRASIL, 2010, p. 224).

Em continuação, o expositor assevera que o vestibular não é meritocrático, mas sim “uma forma de premiar o investimento que os pais foram capazes de fazer sobre seus filhos”. Em sequência, ele relata que “não podemos pegar um recurso público tão dispendioso, numa sociedade tão desigual, e dá-la como prêmio aos filhos dos pais que tiveram algum tipo de mérito”, de modo a sustentar que o vestibular trabalhava nessa lógica, fazendo com que tal sistema sustentasse uma desproporcionalidade e, conseqüentemente, a exclusão de determinados setores da sociedade (BRASIL, 2010, p. 225).

À luz de tal premissa, Oscar Vilhena expõe que é nessa medida que a ação afirmativa tem uma primeira função de corrigir os processos seletivos, uma vez que ela corrige e ajusta aquelas condições que não foram dadas a determinados grupos através da pontuação, criando, assim, uma cesta de critérios para que todos possam, sim, concorrer em igualdade de condições. Dentro de tal contexto, o expositor alega que tal interpretação é, inclusive, determinada pela Constituição brasileira, quando esta fala sobre a educação e, especificamente, ao acesso dever se dar em igualdade de condições (BRASIL, 2010, p. 226).

Nesse contexto, o expositor defendeu que as ações afirmativas são suavemente aceitáveis pela nossa Constituição “para aliviar a inconstitucionalidade de processos seletivos altamente excludentes”. Além disso, elas seriam, na visão de Vilhena, uma exigência constitucional entre as diversas políticas públicas que a nossa Constituição determina (BRASIL, 2010, p. 226).

Chamando a atenção para a ideia educação como desenvolvimento da personalidade humana e à formação da cidadania, o expositor esclareceu que a educação universitária serve ao ensino, à pesquisa e à extensão. Dentro de tal esfera, Vilhena salientou que sempre o ambiente universitário, salvo raras exceções, é ocupado por pessoas brancas. Sendo assim, e tendo como pano de fundo a função de extensão da faculdade – que se relaciona com o diálogo

social – o expositor questiona:

a universidade branca, que não é plural, que não tem diversidade, oferece condições para a realização da sua missão constitucional? Será que ela é capaz de atender ao pluralismo exigido pela nossa Constituição? Será que ela é capaz de enfrentar os problemas de erradicação de pobreza, de justiça e de solidariedade? É possível fazer boa pesquisa com grupos que não tenham diversidade? É possível ter ensino plural com grupos que sejam homogêneos? É possível ter extensão quando a escola sequer se abre para esses grupos ao qual ela deveria dialogar? (BRASIL, 2010, p. 227).

A partir de tais questionamentos, Vilhena conclui sua fala sublinhando que as ações afirmativas são um “*mecanismo legítimo, exigido pela Constituição, para que a educação universitária possa ser plural e que possa haver diversidade*” (BRASIL, 2010, p. 228). Igualmente, ele ressalta que somente com o aumento do número de negros na universidade é que “haverá a ruptura desta lógica de que a nossa sociedade é uma sociedade hierarquizada e que o papel dos negros é para posições subalternas nessa mesma sociedade” (BRASIL, 2010, p. 228).

Ao fim, Vilhena expõe que “a universidade é o principal mecanismo pelo qual nós incluímos as pessoas e damos a elas a possibilidade de representação social”, de modo a sustentar há uma chance, ou oportunidade, de se “reconstruir a nossa sociedade” (BRASIL, 2010, p. 227-228).

A terceira exposição a ser analisada é a do Professor José Vicente, Reitor da Faculdade Zumbi dos Palmares e representante da Sociedade Afro-brasileira de Desenvolvimento Sócio-Cultural (AFROBRAS), na qual era Presidente.

No início de sua fala, o Professor fez um breve retrospecto da história da Afrobras, de modo a retomar a sua origem, em 1997, quando sua atividade foi iniciada por meio de curso preparatório para a inclusão de jovens negros na Universidade de São Paulo, até chegar na criação do programa Programa “Mais Negros nas Universidades”, que reservava vagas para os jovens negros na Universidade de Santo Amaro, na Universidade Paulista e na Faculdade Cenecista de Capivari (BRASIL, 2010, p. 249).

Além disso, o expositor citou a criação da Faculdade Zumbi dos Palmares, as cotas em concursos públicos para os Municípios de Piracicaba e Jundiaí, o Programa Nacional de Ações Afirmativas, instituído pelo Decreto Presidencial 4.228 (que prevê a inclusão e o

desenvolvimento de ações afirmativas para acessar negros no serviço público federal) e a portaria do então Presidente Ministro Marco Aurélio Mendes de Farias Mello (responsável por instituir política de cotas para negros no preenchimento de cargos em comissão na área de comunicação em 2002) para demonstrar que

há mais de décadas, ações afirmativas e cotas estão sendo desenvolvidas e implantadas nos mais variados espaços sociais do país. Mais de centenas de universidades públicas e privadas têm instituído medidas semelhantes muito antes da Universidade Federal de Brasília (BRASIL, 2010, p. 251).

Considerando tal cenário, o Professor asseverou que tais ações produziram interações e integrações entre negros e brancos, de modo a tornar o processo mais representativo da sociedade e promover um reflexo da reformulação dos conceitos. A exemplo disso, o expositor cita uma mudança no ambiente empresarial, no qual teria produzido uma mudança virtuosa, relacionada com o aprimoramento da cultura organizacional, pois “motivou o grau de cooperação e solidariedade, alcançou a simpatia e a satisfação dos clientes e demais públicos de relacionamento” (BRASIL, 2010, p. 251).

Ao citar o Estado, José Vicente defendeu que é papel deste

no regime democrático e no Estado democrático de direito, manter a ordem, assegurar a paz social e promover o alcance da felicidade dos cidadãos. Onde houver desigualdade - principalmente desigualdade estrutural - é obrigação e dever moral, ético e constitucional do Estado de agir de modo próprio, ainda que de forma extraordinário e excepcional para equalização das oportunidades, só isso torna esse Estado legítimo (BRASIL, 2010, p. 251-252).

Diante de tal premissa, o participante sustenta que o caso dos negros brasileiros é de evidente, profundo e angular desigualdade estrutural, de modo a acentuar que por quase quatro séculos os negros foram sequestrados, subjugados, seviciados, torturados e assassinados em praças públicas, com “a complacência e indiferenças das muitas instituições sociais do nosso país, naquela época, com a omissão e mesmo participação do Estado, e no mais das vezes com o beneplácito da própria Justiça” (BRASIL, 2010, p. 252).

Na sequência, o Professor salienta que os negros brasileiros nunca puderam ou tiveram nada, desde a propriedade da terra, passando pelo acesso à educação, até chegar ao direito à reparação e ao reconhecimento social pela contribuição da construção do país (BRASIL, 2010, p. 253).

Ao fim, citando o papel das cotas raciais, o Professor defendeu que este é o de “promover a refundação da República e reescrever os cânones da nossa particular democracia, promovendo e garantindo, de forma efetiva e objetiva, a coesão, a justiça, a igualdade e a diversidade como valores intrínsecos à nação” (BRASIL, 2010, p. 255).

Na continuidade da fala das entidades, falou o Professor Fábio Konder Comparato, representante da Educafro (Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes). O Professor iniciou sua fala sustentando que a Constituição de 1988 “criou, ou tentou criar” no Brasil um estado social e, a partir de tal premissa, o expositor argumenta que “o Estado social é aquele que se rege por princípios finalísticos ou teleológicos”, de modo a destacar que o Estado não teria a única tarefa de promulgar leis, mas sim de “dar um rumo ao país” (BRASIL, 2010, p. 265).

Dentro de tal lógica, o expositor faz referência e lê o Art. 3º, inciso III e IV da Constituição, os quais prescrevem como objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais e; IV - promover o bem de todos, sem discriminação de qualquer espécie.

Na visão do autor, tais normas podem ser classificadas como cogentes e “não simplesmente de disposições facultativas”. Diante de tal cenário, o expositor ressalta que o “promover”, contido junto ao inciso “IV”, está relacionado à ideia de o Estado indicar um rumo, sendo tal rumo republicano – e por isso sem discriminações (BRASIL, 2010, p. 266).

O expositor ainda realiza uma argumentação voltada para suas espécies de discriminação. Segundo ele, a discriminação pode ser ativa, quando a discriminação seria classificada como “clássica, um azar” e omissiva, quando “os poderes públicos não tomam as medidas indispensáveis para fazer cessar uma situação de inferioridade injusta, inaceitável de determinados grupos sociais” (BRASIL, 2010, p. 266-267).

Em alusão à Constituição brasileira, o expositor sustenta que “há duas disposições específicas em aplicação ao princípio da redução das desigualdades sociais”, sendo elas o artigo 7º, inciso XX, que determina a “proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos” e o artigo 37, inciso VIII, o qual prevê que “a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios

de sua admissão" (BRASIL, 2010, p. 267). A partir de tal ideia, o Professor aduz que, assim como a política de cotas, os dispositivos citados implicitamente respondem às objeções de que a política de reserva de vagas nas universidades contraria o critério do mérito, “que é essencial ao ingresso na universidade e na obtenção do diploma”, ou seja, Konder demonstra que o artigo 37, inciso VIII, ao prever a reserva de vagas para "cargos e empregos públicos", não garante a dispensa do concurso (BRASIL, 2010, p. 267-268).

Chegando ao fim de seu discurso, o Professor defendeu “até hoje a Constituição foi descumprida” e que essa seria uma “inconstitucionalidade por omissão”, principalmente no que diz respeito “à proteção dos negros e pardos no ensino superior” (BRASIL, 2010, p. 269). Sustenta, ainda, que “o descumprimento do artigo 3º da Constituição representa a desfiguração, por completo, do perfil de justiça social que a Constituição procurou imprimir ao Estado brasileiro”. Sendo assim, infere que “é hora de se pôr na pauta das discussões a inconstitucionalidade por omissão por parte do Poder Executivo, pois é ele que tem a iniciativa das políticas públicas” (BRASIL, 2010, p. 269).

Em prosseguimento da análise, também como representante da Fundação Cultural Palmares, falou a Professora Flávia Piovesan. No começo de sua fala, a Doutora em Direitos Humanos afirmou que sua intervenção iria focar em três questões centrais, sendo elas: (i) como compreender as ações afirmativas sob as perspectivas dos direitos humanos; (ii) se as cotas raciais em universidades são compatíveis com a ordem internacional e; (iii) se as cotas raciais em universidades estão em consonância com a ordem constitucional de 88 (BRASIL, 2010, p. 271).

Em resposta à primeira questão, Flávia Piovesan começou frisando que “a ética dos direitos humanos é a ética que vê no outro um ser merecedor de igual consideração e profundo respeito, dotado do direito de desenvolver as potencialidades humanas de forma livre, autônoma e plena”. Nesse seguimento, a expositora argumentou que

(...) mulheres, crianças, povos indígenas, afrodescendentes, pessoas com deficiência, migrantes, dentre outras categorias, demandam proteção especial.

(....)

Ao lado do direito à igualdade, surge o direito à diferença. Portanto, a diferença não mais utilizada para aniquilar direitos, senão para afirmá-los e promovê-los. Se, para a concepção formal da igualdade, esta é tomada como um dado, como um pressuposto e um ponto de partida abstrato, para a concepção material de igualdade, esta é tomada como um resultado ao qual se pretende chegar (BRASIL, 2010, p. 272-273).

Segundo Piovesan, o “direito à retribuição requer medidas que enfrentem a injustiça econômica e social da marginalização e das desigualdades, por meio da transformação nas estruturas sócio-econômicas”. Sendo assim, a expositora sustenta que

o direito ao reconhecimento carece de medidas que enfrentem a injustiça cultural, dos preconceitos e dos padrões discriminatórios, por meio da transformação cultural e por meio da adoção de uma política de reconhecimento (BRASIL, 2010, p. 273).

Na linha de tal argumento, a expositora, ao abordar a primeira questão elencada por ela, defende que sob o viés dos direitos humanos, as ações afirmativas, mais especificamente as cotas raciais, surgem como um “instrumento capaz de enfrentar a injustiça social e econômica, traduzindo a bandeira do direito à redistribuição”, sendo tal mecanismo “capaz de enfrentar a injustiça cultural dos preconceitos, traduzindo a bandeira do direito ao reconhecimento” (BRASIL, 2010, p. 273).

Ao abordar a segunda questão, que se relaciona com a aceitação das ações afirmativas frente a ordem internacional, a professora citou a Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação Racial, ratificada pelo Brasil em 1968, na qual, em seu artigo 1º, traz a definição jurídica de discriminação racial, entendida como “qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, que tenha como propósito ou efeito anular, restringir, debilitar o gozo ou exercício dos direitos humanos”. Nesse viés, a especialista em direitos humanos diz que

Para assegurar a igualdade não basta apenas proibir a discriminação, mediante legislação repressiva, pois a proibição da exclusão, em si mesma, não resulta automaticamente na inclusão. Logo, não é suficiente proibir a exclusão, quando o que se pretende é a garantia da igualdade de fato (BRASIL, 2010, p. 274).

Por fim, quanto a terceira questão, envolvendo a consonância das cotas raciais com a ordem constitucional de 1988, Flávia Piovesan deduz que as cotas podem ser vistas como imperativo da democracia, da diversidade e da justiça social, de modo a ser um meio de “aliviar a carga de um passado discriminatório e a fomentar transformações sociais necessárias”, devendo-as prevalecer em “detrimento desse suposto direito à perpetuação das desigualdades estruturais que tanto comprometem a sociedade brasileira” (BRASIL, 2010, p. 277).

Na sequência da análise, como representante da Coordenação Nacional de entidades

negras, falou o Sr. Marcos Antônio Cardoso. No começo de sua fala, o expositor afirma que “o Movimento Negro Brasileiro revela, põe a nu, o quadro de violência física, material e simbólica a que a população negra está submetida”, de maneira a salientar a importância da Audiência Pública em dar voz aos grupos sociais historicamente excluídos para a tomada de decisão (BRASIL, 2010, p. 290).

Nessa linha, Marcos Antônio defende que a proibição de mecanismos que tente reconhecer essa população é mais uma violência em si, que, novamente, nega a humanidade negro-africana presente na Constituição brasileira (BRASIL, 2010, p. 290). O expositor argumenta que toda decisão judicial é palco de lutas e de conflitos políticos duros e polêmicos e, a partir de tal ideal, declara que o centro do debate diz respeito à discussão sobre o fato das políticas de ações afirmativas e as cotas raciais serem pensadas a partir do que representa o racismo na sociedade brasileira. Assim, ele alega que

Marcada pela hierarquização racial, a nossa sociedade moldou-se como um modelo racista *sui generis*. Aqui, não se precisa de um instrumento legal para excluir objetivamente a população negra das possibilidades efetivas de emancipação econômica, política, acadêmica e social. A partir do discurso da sociedade harmônica e pacífica articularam-se fórmulas objetivas e eficazes que geram barreiras para a ascensão social negra, de forma que, cotidianamente, negras e negros são postos à prova tendo que demonstrar genialidade para aquilo que, em verdade, bastaria algum esforço. É o racismo institucionalizado pela imprensa, pelo judiciário, pelo senso comum, pela escola e sobretudo pela Academia (BRASIL, 2010, p. 291).

Marcos Antônio narra que o movimento negro no Brasil se indigna com a afirmativa de que com a aplicação das ações afirmativas e as cotas raciais, negros e negras estariam sendo beneficiados por um sistema inconstitucional e discriminatório, reforçando a ideia de que as vítimas são postas como algozes e que a política de cotas estaria tomando o lugar dos jovens brancos da sociedade brasileira (BRASIL, 2010, p. 292).

Na defesa dos direitos individuais, coletivos, sociais, culturais e, sobretudo, educacionais, o expositor alegou que

o Estado tem que redefinir o seu papel no que se refere à prestação de serviços públicos, de forma a ampliar sua intervenção nos domínios das relações tanto subjetivas e privadas, buscando reduzir a igualdade formal em igualdade de oportunidade e tratamento (BRASIL, 2010, p. 295).

A partir disso, o expositor realiza, em nome do movimento negro, a defesa da implementação das Cotas Raciais como medida capaz de efetivar, com equidade, o acesso da

juventude negra, da juventude pobre e dos povos indígenas, nas instituições federais e estaduais públicas do ensino superior e do ensino de tecnológica.

Representando o Geledés Instituto da Mulher Negra de São Paulo, falou a Senhora Sueli Carneiro. No começo de sua fala, ao fazer referência ao Seminário Internacional intitulado "Multiculturalismo e Racismo: o papel da ação afirmativa nos Estados democráticos contemporâneos", realizado pelo Ministério da Justiça, em julho de 1996, a expositora salientou a fala do, naquela oportunidade, então Vice-Presidente Marco Maciel, o qual realizou a seguinte afirmação:

“É chegada a hora de resgatarmos esse terrível débito que não se inscreve apenas no passivo da discriminação étnica, mas sobretudo no da quimérica igualdade de oportunidades virtualmente assegurada por todas as nossas Constituições aos brasileiros e aos estrangeiros que vivem em nosso território” (BRASIL, 2010, p. 298-299).

Em referência ao autor Norberto Bobbio, a Sra. Sueli Carneiro sublinha como o autor discorre sobre quais condições é possível assegurar a efetivação dos valores republicanos e democráticos. À luz da teoria do autor, ela justifica que

na afirmação e no reconhecimento dos direitos políticos, não se podem deixar de levar em conta determinadas diferenças, que justificam um tratamento não igual. Do mesmo modo, e com maior evidência, isso ocorre no campo dos direitos sociais (BRASIL, 2010, p. 300).

Apoiando-se na fala do Senador Marco Maciel, para combater as ideias de que as cotas teriam o poder de ameaçar os fundamentos políticos e jurídicos que sustentam a nação brasileira e o possível ferimento ao princípio do mérito, a expositora assevera que “medidas compensatórias, em favor dos negros, não representam apenas uma etapa da luta contra a discriminação, mas o fim da era de desigualdade, da exclusão, se pretendemos uma sociedade igualitária e mais justa” (BRASIL, 2010, p. 300).

Novamente, em citação ao Vice-Presidente Marco Maciel, Suerli faz a seguinte citação:

“O caminho da ascensão social, da igualdade jurídica, da participação política – vale dizer, o fim da discriminação – terá de ser cimentado pela igualdade econômica que, em nosso caso, implica o fim da discriminação dos salários, maiores oportunidades de emprego e participação na vida pública (BRASIL, 2010, p. 300-301).

Destaca-se que a expositora fez referência a determinados julgados e a falas dos Ministros do Supremo Tribunal Federal. Em referência ao caso Siegfried Ellwanger,

envolvendo a condenação pelo crime de racismo por edição de obra anti-semita, Sueli Carneiro citou o seguinte trecho do acórdão

“a divisão dos seres humanos em raças resulta de um processo de conteúdo meramente político-social. Deste pressuposto origina-se o racismo, que, por sua vez, gera a discriminação e o preconceito segregacionista” (BRASIL, 2010, p. 301-302).

Por outro lado, fez referência a algumas manifestações de Ministros, tais como de Gilmar Mendes, Nelson Jobim e Ellen Gracie. A partir disso, asseverou:

“ (...) se esta Corte entende que pode haver racismo mesmo não havendo raças, se esta Corte também entende que o racismo está assentado em convicções raciais que geram discriminações, preconceitos segregacionistas, se todas as evidências empíricas e estudos demonstram o confinamento dos negros nos patamares inferiores da sociedade e se a inferioridade social não é inerente ao negro, posto que não existem raças, então essa persistente subordinação social só pode ser fruto do racismo, que, como afirma a ementa do referido acórdão, repito, gera a discriminação e o preconceito segregacionista. Isto requer, então, medidas específicas fundadas na racialidade segregada para romper com os atuais padrões de apartação social” (BRASIL, 2010, p. 302-303).

Em conclusão de suas ideias, Sueli sustenta que a cor da pele dos cidadãos tornou-se um “fato gerador” de desigualdades, as quais são produto da ação ou inação de seres humanos e, em razão disso, podem ser transformadas, intencionalmente, a partir da ação dos seres humanos de hoje. Ao fim, ela destacou a esperança na Suprema Corte, para que essa fosse “parceira e protagonista de um processo de aprofundamento da democracia, da igualdade e da justiça social” (BRASIL, 2010, p. 305).

Realizando a representação do Movimento Negro Socialista, falou o Sr. José Carlos Miranda. No início da sua fala, o expositor chamou a atenção para o fato de haver “duas versões da história”, as quais, na qual a primeira colocaria que brancos são os culpados pela escravidão e a segunda, a de que os negros são culpados pela escravidão. Na visão de José Carlos as duas versões são falsas, pois “a história não foi feita pela luta de homens de cor contra homens de outras cores”, mas sim pelo movimento do “conflito das classes sociais” (BRASIL, 2010, p. 320).

Na visão do expositor, “o culpado pela exploração, pela opressão, pela colonização, pela espoliação do continente africano e do continente americano não são os homens de cor branca, indistintamente” (BRASIL, 2010, p. 320). Nesse contexto, ele expõe que insistir nessa narrativa de romantismo histórico “é distorcer os fatos e buscar caminhos diferentes dos ensinamentos da História” (BRASIL, 2010, p. 320). Sendo assim, ele sustenta que toda escravidão, tanto de

negros africanos como de índios, teve um único objetivo, qual seja, de acumulação primitiva do capital e, conseqüentemente, o desenvolvimento do capitalismo (BRASIL, 2010, p. 320-321).

Jose Carlos diz que

O racismo, seja ele praticado contra os negros, contra os índios, contra qualquer povo, tem um objetivo concreto: dividir os trabalhadores e impedir que eles mostrem os verdadeiros culpados pela existência dessa excrescência que é o capital e os capitalistas (BRASIL, 2010, p. 321).

A partir das ideias de Karl Marx, o representante do Movimento Negro Socialista sustenta qual o fim do movimento, sustentando que

(...) o lema do nosso movimento é racismo e capitalismo. Portanto, a sociedade de classes são faces da mesma moeda. A retórica que temos ouvido em todos os debates de que existe uma dívida "com o povo negro" só é possível ser afirmada, distorcendo e escondendo a verdadeira história, o sistema e a pequena minoria que da escravidão se beneficiou. Só é possível essa situação a partir de esconder os fatos, as lutas de classes e as elites que existiam e se constituíam e acumularam riquezas na África, nas Américas e na Europa (BRASIL, 2010, p. 322).

Dentro de tal premissa, o expositor relata que é sim possível “modificar a atual situação das imensas desigualdades sociais” mesmo em sistema de sociedades de classe. A partir disso, cita o Governador Wellington Dias, do Piauí, o qual afirma que as cotas com recorte de renda e as cotas raciais poderiam ser vistas “como um atestado de incompetência do Estado brasileiro que não conseguiu dar os serviços públicos gratuitos de qualidade, em especial a educação para seu povo” (BRASIL, 2010, p. 322). Nesse sentido, José Carlos defende que a diminuição das desigualdades sociais deve começar pelo oferecimento de educação de qualidade gratuita para todos, englobando “o ensino básico, fundamental, e aumentando, radicalmente, o número de vagas nas universidades públicas” (BRASIL, 2010, p. 322-323).

Ao fazer uma retomada a questão da cor da pele, o representante do Movimento Negro Socialista citou o caso de trabalhadores que foram libertados da condição análoga ao trabalho escravo e ressaltou que esses “eram trabalhadores brasileiros e de todas as cores” (BRASIL, 2010, p. 323).

Ao citar o Estatuto da Igualdade Racial, no qual o expositor defende que só pode ser chamado de “Estatuto Racial”, ele chama a atenção para o art. 45, no Capítulo V, que prevê o

seguinte:

“Art. 45. O Poder Público poderá disciplinar a concessão de incentivos fiscais às empresas com mais de vinte empregados que mantenham uma cota de, no mínimo, vinte por cento de trabalhadores negros” (BRASIL, 2010, p. 324-325).

Ao interpretar tal dispositivo, o representante do Movimento Negro Socialista aduz que tal política, chegando ao mercado de trabalho, configuraria uma oposição, em uma “divisão do povo trabalhador brasileiro, dos filhos dos trabalhadores”, uma vez que “a elite não precisa das cotas para entrar na universidade pública” (BRASIL, 2010, p. 325).

Nesse contexto, o expositor sustenta que tal política de cotas, adotada por Nixon e exportada pela bilionária Fundação Ford, tem um objetivo: “acabar com a luta por direito universais, ou melhor dizendo, por recursos públicos para o povo trabalhador”. Segundo o expositor

É a política da divisão da carência, da repartição da miséria para que os mesmo de sempre continuem cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres e ainda por cima opondo trabalhadores e filhos dos trabalhadores, que lutam todos os dias pelos seus direitos e pela sua sobrevivência, criando uma divisão que não existe em nosso País. Nos Estados Unidos, país mais rico e poderoso do mundo, desde o início dessa aplicação dessas políticas, a distância entre ricos, brancos e negros aumentou (BRASIL, 2010, p. 326).

Além disso, José Carlos salienta que as ações afirmativas desenvolvidas nos Estados Unidos instituíram uma elite, a qual teria se distanciado e se integrou ao sistema junto com toda a elite, e o sistema “continua funcionando, o racismo vigorando e a situação dos pobres, sejam ele negros ou brancos, só piorando” (BRASIL, 2010, p. 326).

Ao final de sua fala, o representante do Movimento Negro Socialista defendeu que a “ideia de classificação racial” seria retrógrada, de modo a sustentar que esta “só trouxe tragédia a todos os povos onde foram implementados”. Por fim, ressaltou a importância de se continuar confiante na força do povo trabalhador brasileiro, destacando que “defesas dessas políticas raciais só é possível para aqueles que desistiram da verdadeira luta por igualdade” (BRASIL, 2010, p. 327).

Representando o Movimento Pardo-Mestiço Brasileiro (MPMB) e Associação dos Caboclos e Ribeirinhos da Amazônia (ACRA), falou Helderli Fideliz Castro de Sá Leão Alves. Ao iniciar a sua fala, o expositor afirmou que a sua fala iria ser baseada em resultado do trato de

2001, com ideias e práticas de políticas étnicas e raciais no Brasil e em outros países. A partir disso, o representante das duas instituições argumenta

Esta atuação nos faz ter a convicção de que o Sistema de Cotas para Negros, na UnB, não é, a rigor, medida de ação afirmativa. Ele não visa combater discriminação racial, de cor, de origem, nem corrigir efeitos de discriminações passadas, nem de assegurar os direitos e as liberdades fundamentais de grupos étnicos e raciais, como exige a Convenção Internacional Sobre Todas as Formas de Discriminação Racial para distinguir uma medida especial de uma medida de discriminação racial (BRASIL, 2010, p. 328).

De acordo com a expositora, o Sistema de Cotas para Negros instituído pela Universidade de Brasília é o inverso do que defendia Darcy Ribeiro – primeiro reitor da UnB –, pois, na visão da expositora, as cotas têm por base a ideologia do “supremacismo racial”, a qual visaria a “eliminação política e ideológica da identidade mestiça brasileira e à absorção dos mulatos, dos caboclos, dos cafuzos e de outros pardos pela identidade negra”, tudo isso com o fim de “produzir uma população composta exclusivamente por negros, brancos e indígenas” (BRASIL, 2010, p. 328-329).

Em desdobramento de sua ideia, Helderli afirma que pretos e pardos que se auto declarem “mestiços, mulatos, caboclos” não são englobados pelo sistema de cotas da UnB e que “também são excluídos aqueles afrodescendentes que se auto declaram negros, mas são de cor branca” (BRASIL, 2010, p. 329).

Conforme exposição, nota-se que Helderli defende que as cotas implementadas pela UnB visam corrigir os efeitos presentes da discriminação praticada no passado, uma vez que o “segmento beneficiado teria relação com a função da ancestralidade e não da cor e, muito menos, da autodeclaração” (BRASIL, 2010, p. 329).

Ao abordar a questão racial, o expositor argumentou que “normas” visam delimitar espaços de poder racial e afirmou o fim dessas em eliminar “politicamente e, também ideologicamente o mestiço e a mestiçagem”. Nesse contexto, fez referência da volta ao termo “black” em 1970, após o assassinato de Martin Luther King, ao censo, de modo a sublinhar que apenas no censo de 2000 que os mestiços conseguiram voltar a ser contados (BRASIL, 2010, p. 332).

No caso do Brasil, ele destaca que “o seu primeiro censo oficial, de 1872, tinha para a variável “cor/raça”, as opções ‘branca’, ‘preta’, ‘parda’ e ‘cabocla’; no censo de 1890, a opção

'parda' foi substituída por 'mestiça', retornando o termo 'pardo' em todos os censos seguintes que tiveram o quesito "cor/raça", passando a incluir também os mestiços caboclos” (BRASIL, 2010, p. 332).

O expositor sustenta que os discursos que sustentam a necessidade de incorporação dos “pardos” pelos “negros” ativeram-se aos mulatos e silenciaram os milhões de caboclos do país, cuja população, na visão dele, é possivelmente mais numerosa do que a preta. Nesse viés, alega que as próprias comissões de seleção nas universidades e que possuem cotas têm demonstrado que pardo não é negro. Segundo ele, diversos casos têm sido noticiados envolvendo duas pessoas com parentesco sanguíneo, como no caso de gêmeos idênticos, em que um é aceito para a vaga e outro não, além de exclusão de cotistas após o ingresso na faculdade (BRASIL, 2010, p. 336).

Por fim, o representante do Movimento Pardo-Mestiço Brasileiro (MPMB) e da Associação dos Caboclos e Ribeirinhos da Amazônia (ACRA), defende que

Cotas para estudantes provenientes das escolas públicas e carentes valorizam o ensino público, a meritocracia, a solidariedade, estimula o investimento e não o conflito racial.

(...)

Ações afirmativas não visam criar diferenças, pelo contrário, visam superar discriminações motivadas por diferenças. Visam levar à cidadania, não a relativizar. Harmonizam com a Constituição cidadã que esta Suprema Corte tem defendido (..)
(BRASIL, 2010, p. 337).

Em nome da União Nacional dos Estudantes (UNE), falou o Sr. Augusto Canizella Chagas. Em primeiro lugar, sublinha-se que o expositor se dispôs a cumprimentar o movimento negro brasileiro e as organizações que lutam contra o racismo no Brasil. Em seguida, sublinhou que o seu tempo de fala seria utilizado para apresentar a opinião dos estudantes do Brasil e, conseqüentemente, a opinião da UNE, as quais foram consolidadas nos congressos que a organização realizada a cada dois anos. Nesse contexto, ele afirmou que a UNE tem uma posição favorável a políticas de cotas e sublinhou os seguintes elementos que levam a UNE a ter essa percepção e a construir essa opinião (BRASIL, 2010, p. 350).

Na visão do expositor, um dos motivos tem relação com a trajetória histórica da UNE e do que a UNE sempre defendeu, ou seja, “do debate a respeito da exclusão que o ensino superior no nosso País carrega, na sua estrutura e na sua oferta de vagas” (BRASIL, 2010, p. 352).

Para sustentar tal argumento, o expositor levou alguns números da Universidade de São

Paulo – USP do ano de 2009, de modo a fazer uma comparação de dados sobre quem são os jovens que se inscrevem no vestibular e quais são os aprovados. Após apresentar dados envolvendo a porcentagem dos alunos que fazem curso pré-vestibular e a escolaridade dos pais, Augusto Canizella demonstrou que aqueles que são considerados pobres pela sua condição socioeconômica “são apenas pouco mais de vinte e um por cento” dos inscritos, enquanto os aprovados são de apenas doze por cento (BRASIL, 2010, p. 354-355).

Por outro lado, quanto a um recorte racial desta questão, citando um estudo de 2001, o expositor afirma que apenas 1,3% dos estudantes da USP se consideram de cor preta, e pardos, apenas 8,34%. Diante de tal fato, ele apresenta dados do IBGE, os quais apontam que a população da região Sudeste, que se considera com essa cor de pele, supera os quarenta por cento da população – no Brasil, é mais de quarenta e quatro por cento.

Nessa perspectiva, ele destaca que

(...) precisamos debater justamente esse instrumento que hoje oferece acesso às matrículas da universidade, no Brasil, que é o vestibular. O vestibular, que é um instrumento que procura apresentar os seus elementos como sendo um instrumento de seleção de mérito, como mérito individual do estudante que, em iguais condições, disputa com outros estudantes, não é um instrumento que apresenta essa característica. O vestibular hoje - e os números da Universidade de São Paulo mostram isso - é um instrumento que seleciona social e economicamente os jovens brasileiros. Ele oferece acesso à maioria dos jovens que tiveram acesso a boas escolas privadas e oferece acesso aos jovens que tiveram acesso a bons cursinhos pré-vestibulares. Esse é um instrumento do vestibular que, na nossa opinião, precisamos questionar (BRASIL, 2010, p. 356-357).

Chegando ao fim de sua fala, o expositor ainda constrói uma linha de raciocínio para enfrentar alguns argumentos para contestar as políticas de cotas, sendo eles: (i) o de que as cotas criariam uma divisão na sociedade e; (ii) de que elas poderiam diminuir a qualidade do ensino. Quanto à primeira, o expositor expõe que o povo brasileiro é um povo miscigenado, tolerante por essência e que não existe, no país, um histórico de ódio racial, de divisão, de enfrentamento nesse sentido, de modo a defender que “essas políticas (...) não desencadeariam esse problema” (BRASIL, 2010, p. 358-359).

Por fim, quanto ao segundo argumento, o expositor alegou, com fundamento em estudos, que os beneficiários da política de cotas, do ponto de vista do desempenho, possuem resultados equivalentes ou até superior aos demais estudantes (BRASIL, 2010, p. 359-360).

4.1.1 A identificação dos “framings” nas exposições do movimento negro

A partir daqui, pretendo realizar um resumo das convergências e divergências na formação dos framings envolvendo os tópicos citados (diagnóstico e prognóstico) e, consequentemente, a interpretação da constituição.

Assim, faz-se importante lembrar, quanto ao conceito de “diagnóstico”, que a análise de tal enquadramento será feita a partir da abordagem dos movimentos negros envolvendo o *problema social* da desigualdade racial, bem como quais as narrativas para existência de tal problemática. Por outro lado, relacionando-se à dimensão “prognóstica”, analisar-se-á quais as *soluções para o problema identificado*, assim como os planos para efetivá-los, com ênfase na interpretação feita pelos movimentos negros envolvendo a Constituição da República.

Em primeiro exame, enfatiza-se que a entidades analisadas são as seguintes: (i) Conectas Direitos Humanos; (ii) Sociedade Afro-Brasileira de Desenvolvimento Sócio Cultural; (iii) Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes – EDUCAFRO; (iv) Coordenação Nacional de Entidades Negras; (v) Geledés Instituto da Mulher Negra de São Paulo; (vi) Movimento Negro Socialista; (vii) Movimento Pardo-Mestiço Brasileiro – MPMB em conjunto com a Associação dos Caboclos e Ribeirinhos da Amazônia; (ix) União Nacional dos Estudantes (UNE).

Nessa linha, chama a atenção o prognóstico convergente dos expositores no sentido de compreender a educação como meio de combate às desigualdades. Ao se examinar as exposições, nota-se que os representantes percebem o ingresso no ensino superior como meio de possibilidade de ascensão social para o negro. Na linha de tal argumento, falou, por exemplo, os representantes do “Geledés Instituto da Mulher Negra de São Paulo” e a “Coordenação Nacional de entidades negras”.

Ainda dentro de uma perspectiva convergente, destaca-se o prognóstico de pluralidade e diversidade envolvendo as ações afirmativas. Tal perspectiva fora defendida pela Conecta Direitos Humanos, representada pelo Professor Oscar Vilhena, o qual foi claro ao defender que as cotas raciais é “mecanismo legítimo, exigido pela Constituição, para que a educação universitária possa ser *plural e que possa haver diversidade*” (BRASIL, 2010, p. 228). Em mesmo sentido, o Professor José Vicente, representante da Sociedade Afro-brasileira de

Desenvolvimento Sócio-Cultural (AFROBRAS), sustentou que as cotas raciais têm o condão de “promover a refundação da República”, de modo a promover e garantir, entre outros valores, a “*diversidade* como valores intrínsecos à nação” (BRASIL, 2010, p. 255).

Ainda em análise dos prognósticos, observa-se que a igualdade, quando se trata de ações afirmativas, também pode ser vista como um tema convergente pela maioria dos movimentos negros participantes da audiência pública. O representante da AFROBRAS, por exemplo, defendeu que “*onde houver desigualdade - principalmente desigualdade estrutural - é obrigação e dever moral, ético e constitucional do Estado de agir de modo próprio*”, segundo o expositor tal ação teria o fim de equalizar as oportunidades e seria o único meio de tornar o Estado legítimo (BRASIL, 2010, p. 251-252). Em mesma linha, a representante da Fundação Cultural Palmares defendeu que o “direito à retribuição requer medidas que enfrentem a injustiça econômica e social da marginalização e das desigualdades”, transformações essas que seriam alcançadas por meio das cotas raciais.

Quanto ao exame do diagnóstico, sublinha-se a argumentação convergente e majoritária dos expositores no sentido de combate ao racismo e a desigualdade racial, bem como do direito ao acesso universal à educação, com ênfase no ensino superior, o qual, na visão dos expositores, não seria apropriado de acesso democrático e plural.

No âmbito da audiência pública, é necessário realçar também, que as referências expressas à carta constitucional foram realizadas principalmente por expositores juristas. Como exemplo disso, é possível citar a fala do Professor Oscar Vilhena, o qual alegou que “(...) os programas de ação afirmativa que incluem raça (...) *são uma exigência constitucional para a realização de uma série de princípios e políticas e objetivos constantes de diversos artigos da Constituição*” (BRASIL, 2010, p. 223-224). Além dele, há a referência feita pelo Professor Fábio Konder Comparato, representante da EDUCAFRO, o qual sublinhou que a Constituição, em seu Art. 3º, inciso III e IV da Constituição, prescreveu normais que não são simplesmente de disposições facultativas, de modo a defender que o “promover”, contido junto ao inciso “IV”¹⁶, está relacionado à ideia de o Estado indicar um rumo, sendo tal rumo republicano – e por isso sem discriminações (BRASIL, 2010, p. 266).

¹⁶ Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Diante da premissa de, nota-se que os prognósticos majoritários das entidades estavam intrinsecamente relacionados à necessidade de manutenção e, além mesmo, maximização das ações afirmativas para os cidadãos negros, considerando ainda, a defesa de ascensão social, o acesso à educação e a diversidade no ambiente acadêmico pelos negros – aspectos envoltos ao diagnóstico de exclusão social da referida camada social.

Ainda na análise dos “*framings*” dos movimentos sociais, faz-se importante ressaltar, de outro ponto de vista, as divergências argumentativas entre o próprio movimento negro na audiência pública. A narrativa minoritária fora sustentada pelo Movimento Negro Socialista e pelo Movimento Pardo-Mestiço Brasileiro – MPMB em conjunto com a Associação dos Caboclos e Ribeirinhos da Amazônia (ACRA).

O Movimento Negro Socialista formou o prognóstico a partir da ideia de que a política de cotas, adotada por Nixon e exportada pela bilionária Fundação Ford nos EUA, tem o objetivo de “acabar com a luta por direito universais, ou melhor dizendo, por recursos públicos para o povo trabalhador” (BRASIL, 2010, p. 321). Nesse viés, o Sr. José Carlos Miranda defendeu que racismo “praticado contra os negros, contra os índios, contra qualquer povo, tem um objetivo concreto” que é o de “dividir os trabalhadores e impedir que eles mostrem os verdadeiros culpados pela existência dessa excrescência que é o capital e os capitalistas” (BRASIL, 2010, p. 321). Sendo assim, o expositor asseverou que a diminuição das desigualdades sociais *deve começar* pelo oferecimento de educação de qualidade gratuita para todos, englobando “o ensino básico, fundamental, e aumentando, radicalmente, o número de vagas nas universidades públicas” (BRASIL, 2010, p. 322-323).

Por outro lado, a representante do Movimento Pardo-Mestiço Brasileiro – MPMB em conjunto com a Associação dos Caboclos e Ribeirinhos da Amazônia (ACRA), Sra. Helderli Fideliz Castro de Sá Leão Alves, alegou que o Sistema de Cotas para Negros instituído pela Universidade de Brasília têm por base a ideologia do “supremacismo racial”, a qual visaria a “*eliminação política e ideológica da identidade mestiça brasileira e à absorção dos mulatos, dos caboclos, dos cafuzos e de outros pardos pela identidade negra*”, tudo isso com o fim de “produzir uma população composta exclusivamente por negros, brancos e indígenas” (BRASIL, 2010, p. 328-329). No entanto, a expositora sustenta que as cotas para estudantes provenientes das escolas públicas e carentes valorizam sim o ensino público, a meritocracia, a solidariedade, bem como estimula o investimento e o não conflito racial (BRASIL, 2010, p.

337). Por fim, argumenta que as “ações afirmativas não visam criar diferenças, pelo contrário, visam superar discriminações motivadas por diferenças”. (BRASIL, 2010, p. 337).

Tabela 2 – Framings do Movimento Negro		
Entidade	Diagnóstico	Prognóstico
Fundação Cultural Palmares	(...) mulheres, crianças, povos indígenas, afrodescendentes, pessoas com deficiência, migrantes, dentre outras categorias, demandam proteção especial. (....) Ao lado do direito à igualdade, surge o direito à diferença. Portanto, a diferença não mais utilizada para aniquilar direitos, senão para afirmá-los e promovê-los (BRASIL, 2010, p. 272-273).	“o direito à retribuição requer medidas que enfrentem a injustiça econômica e social da marginalização e das desigualdades”, transformações essas que seriam alcançadas por meio das cotas raciais (BRASIL, 2010, p. 251-252).
Conectas Direitos Humanos	“não podemos pegar um recurso público tão dispendioso, numa sociedade tão desigual, e dá-la como prêmio aos filhos dos pais que tiveram algum tipo de mérito” (BRASIL, 2010, p. 225).	(as ações afirmativas são) “mecanismo legítimo, exigido pela Constituição, para que a educação universitária possa ser plural e que possa haver diversidade” (BRASIL, 2010, p. 228)
Sociedade Afro-Brasileira de Desenvolvimento Sócio Cultural – AFROBRAS	“onde houver desigualdade - principalmente desigualdade estrutural - é obrigação e dever moral, ético e constitucional do Estado de agir de modo próprio” (BRASIL, 2010, p. 251-252)	as cotas raciais têm o condão de “promover a refundação da República”, de modo a promover e garantir, entre outros valores, a “diversidade como valores intrínsecos à nação” (BRASIL, 2010, p. 255).
Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes – EDUCAFRO	“até hoje a Constituição foi descumprida” e que essa seria uma “inconstitucionalidade por omissão”, principalmente no que diz respeito “à proteção dos negros e pardos no ensino superior” (BRASIL, 2010, p. 269)	“é hora de se pôr na pauta das discussões a inconstitucionalidade por omissão por parte do Poder Executivo, pois é ele que tem a iniciativa das políticas públicas” (BRASIL, 2010, p. 269)
Coordenação Nacional de Entidades Negras	“Marcada pela hierarquização racial, a nossa sociedade moldou-se como um modelo racista sui géneris. Aqui, não se precisa de um instrumento legal	“o Estado tem que redefinir o seu papel no que se refere à prestação de serviços públicos, de forma a ampliar sua intervenção nos domínios das relações tanto

	para excluir objetivamente a população negra das possibilidades efetivas de emancipação econômica, política, acadêmica e social. A partir do discurso da sociedade harmônica e pacífica articularam-se fórmulas objetivas e eficazes que geram barreiras para a ascensão social negra, de forma que, cotidianamente, negras e negros são postos à prova tendo que demonstrar genialidade para aquilo que, em verdade, bastaria algum esforço”. (BRASIL, 2010, p. 291).	subjetivas e privadas, buscando reduzir a igualdade formal em igualdade de oportunidade e tratamento” (BRASIL, 2010, p. 295).
Geledés Instituto da Mulher Negra de São Paulo	Sustenta que a cor da pele dos cidadãos tornou-se um “fato gerador” de desigualdades, as quais são produto da ação ou inação de seres humanos e, em razão disso, podem ser transformadas, intencionalmente, a partir da ação dos seres humanos de hoje (BRASIL, 2010, p. 305).	a expositora assevera que “medidas compensatórias, em favor dos negros, não representam apenas uma etapa da luta contra a discriminação, mas o fim da era de desigualdade, da exclusão, se pretendemos uma sociedade igualitária e mais justa” (BRASIL, 2010, p. 300).
Movimento Negro Socialista	A política de cotas tem o objetivo de “acabar com a luta por direitos universais, ou melhor dizendo, por recursos públicos para o povo trabalhador” (BRASIL, 2010, p. 321).	defende que a diminuição das desigualdades sociais deve começar pelo oferecimento de educação de qualidade gratuita para todos, englobando “o ensino básico, fundamental, e aumentando, radicalmente, o número de vagas nas universidades públicas” (BRASIL, 2010, p. 322-323).

<p>Movimento Pardo-Mestiço Brasileiro – MPMB</p> <p>Associação dos Caboclos e Ribeirinhos da Amazônia</p>	<p>A cota visaria a “eliminação política e ideológica da identidade mestiça brasileira e à absorção dos mulatos, dos caboclos, dos cafuzos e de outros pardos pela identidade negra”, tudo isso com o fim de “produzir uma população composta exclusivamente por negros, brancos e indígenas” (BRASIL, 2010, p. 328-329).</p>	<p>“Cotas para estudantes provenientes das escolas públicas e carentes valorizam o ensino público, a meritocracia, a solidariedade, estimula o investimento e não o conflito racial. (...) Ações afirmativas não visam criar diferenças, pelo contrário, visam superar discriminações motivadas por diferenças. Visam levar à cidadania, não a relativizar. Harmonizam com a Constituição cidadã que esta Suprema Corte tem defendido (...)” (BRASIL, 2010, p. 337).</p>
<p>União Nacional dos Estudantes (UNE)</p>	<p>O vestibular hoje - e os números da Universidade de São Paulo mostram isso - é um instrumento que seleciona social e economicamente os jovens brasileiros. Ele oferece acesso à maioria dos jovens que tiveram acesso a boas escolas privadas e oferece acesso aos jovens que tiveram acesso a bons cursinhos pré-vestibulares. Esse é um instrumento do vestibular que, na nossa opinião, precisamos questionar (BRASIL, 2010, p. 356-357).</p>	<p>O diagnóstico demonstra que o prognóstico é a de necessidade de manutenção das ações afirmativas (da UnB), dado que a premissa é de exclusão e desigualdade no acesso.</p>

Fonte: Elaborada pelo autor.

4.1.2 Os reflexos dos movimentos sociais no acordo da ADPF n.º 186

Em sessão plenária realizada nos dias 25 e 26 de abril de 2012, os Ministros do Supremo Tribunal Federal acordaram em julgar improcedente a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 186, ajuizada na Corte pelo Partido Democratas (DEM), nos termos do voto do relator, Ministro Ricardo Lewandowski.

À luz da decisão, por unanimidade, o presente subcapítulo analisará como se deu a formação da *ratio decidendi* dos Ministros da Suprema Corte, com ênfase na contribuição, ou não, dos “*framings*” dos movimentos sociais exarados em audiência pública. Ou seja, observar-se-á se os *enquadramentos interpretativos*, citados no tópico anterior deste trabalho, foram absorvidos no momento de fundamentação pelos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

O relator da ADPF 186, Ministro Ricardo Lewandowski, votou pela possibilidade constitucional das cotas. O ministro, em suas razões de decidir, debruçou-se sobre as diferenças entre a igualdade material e formal, de modo a defender que

Para possibilitar que a igualdade material entre as pessoas seja levada a efeito, o Estado pode lançar mão seja de políticas de cunho universalista, que abrangem um número indeterminado de indivíduos, mediante ações de natureza estrutural, seja de ações afirmativas, que atingem grupos sociais determinados, de maneira pontual, atribuindo a estes certas vantagens, por um tempo limitado, de modo a permitir-lhes a superação de desigualdades decorrentes de situações históricas particulares (BRASIL, 2012b, p. 50).

Nesse viés, o relator chamou a atenção para as funções de justiça distributiva das políticas de ação afirmativa, de maneira a salientar que as cotas “buscam *reverter, no âmbito universitário, o quadro histórico de desigualdade* que caracteriza as relações étnico-raciais e sociais” no país (BRASIL, 2012b, p. 59) (grifo nosso). Segundo Lewandowski, os principais espaços de poder político e social mantêm-se inacessíveis aos grupos marginalizados, acarretando na reprodução e perpetuação de uma mesma elite dirigente (BRASIL, 2012b, p. 60).

Ademais, Lewandowski chamou a atenção para o papel integrador da universidade, de modo a sublinhar que a políticas de ação afirmativa não beneficia apenas o estudante que ingressou na universidade por meio das políticas de reserva de vagas, mas sim todo o meio acadêmico que, em sua visão “terá a oportunidade de conviver com o diferente (...) conviver com o outro” (BRASIL, 2012b, p. 76).

Por fim, o relator asseverou que as políticas de ação afirmativa “são legítimas se a sua manutenção estiver condicionada à persistência, no tempo, do quadro de exclusão social que lhes deu origem”, sustentando, assim, o caráter temporário da ação estatal.

À luz de tal fundamentação, repara-se que o voto do Ministro reproduziu a narrativa majoritária do movimento negro, a qual vislumbra as cotas raciais como um mecanismo de combate às desigualdades, bem como de promoção do pluralismo e da diversidade. No entanto, também é notável que o relator *não faz referência* aos discursos exarados pelos movimentos sociais em audiência pública, dado que não há citações aos discursos proferidos.

Ressalta-se que todos os votos que sucederam o do relator apontaram para o mesmo sentido¹⁷. O ministro Luiz Fux, por exemplo, argumentou que a Constituição Federal, no artigo 3º, inciso I, impõe a construção de “uma sociedade livre, justa e solidária”. Segundo o Ministro, todos nós temos “a responsabilidade de reparar os danos causados pelos equívocos de nossos antepassados, sob pena de contribuir, ainda que por omissão, para a perpetuação daquelas mazelas” (BRASIL, 2012b, p. 111). Segundo ele, a diversidade do corpo discente constitui, ainda, “elemento desejável de um fecundo ambiente universitário” e que “a experiência dos alunos no decorrer do curso de graduação é muito mais valiosa em existindo o contato com pessoas de diferentes origens, culturas, etnias e classes sociais” (BRASIL, 2012b, p. 112).

Por outro lado, a ministra Rosa Weber defendeu que cabe ao Estado “adentrar no mundo das relações sociais e corrigir a desigualdade concreta para que a igualdade formal volte a ter o seu papel benéfico” (BRASIL, 20112b, p. 125). Para a ministra, as ações afirmativas, podem ser vistas como um mecanismo que permite “a ampliação do contingente de negros em seus quadros, com o consequente acréscimo da representatividade social no ambiente universitário” (BRASIL, 2012b, p. 127).

Rosa Weber, ao final de seu voto, fez a seguinte – e única – remissão às audiências públicas: “(...) por todas as manifestações nas audiências públicas realizadas, nos memoriais entregues e nas sustentações orais de ambas as correntes - e ainda pelo meu próprio olhar, Sr. Presidente, sobre a realidade brasileira-, minha convicção é de que afirmativa a resposta” (BRASIL, 2012b, p. 126).

Em prosseguimento, a ministra Cármen Lúcia argumentou que as ações afirmativas fazem parte da responsabilidade social e estatal para que se cumpra o “princípio constitucional dinâmico de igualdade” (BRASIL, 2012b, p. 134). Segunda a Ministra, “numa democracia não

¹⁷ Com a exceção do Ministro Dias Toffoli, que se declarou impedido e não participou do julgamento.

se dá a cada um o que é seu, mas se adotam políticas para se dar a cada um segundo a sua necessidade” (BRASIL, 2012b, p. 135). Destaca-se, ainda, que a referência às audiências públicas fora realizada apenas como o fito de demonstrar o nível de complexidade do julgamento, como nota-se no seguinte trecho do voto:

(...) o tema posto neste julgamento me pareceu tão grave e complexo, até porque tanto o autor, quanto os *amici curiae*, em sentido contrário - claro que também os que o acompanharam -, apresentaram argumentações de ambos os lados, muito graves, muito sérias, muito consistentes, muito bem preparadas. Não tenho a menor dúvida de que aqueles que têm compreensão contrária a que será a minha conclusão, não deixam de merecer o meu respeito e a minha compreensão (BRASIL, 2012b, p. 131).

Em continuidade e também em concordância com o relator, o ministro Joaquim Barbosa afirmou que o voto do ministro Lewandowski praticamente esgotou o tema em debate. Ressaltou na sessão plenária, contudo, que

não se deve perder de vista o fato de que a história universal não registra, na era contemporânea, nenhum exemplo de nação que tenha se erguido de uma condição periférica à condição de potência econômica e política, digna de respeito na cena política internacional, mantendo, no plano doméstico, uma política de exclusão em relação a uma parcela expressiva da sua população (BRASIL, 2012c).

Na sequência da votação, o ministro Cezar Peluso alegou que é fato histórico incontroverso o déficit educacional e cultural dos negros, em razão de barreiras institucionais de acesso às fontes da educação (BRASIL, 2012b, p. 155). Dessa forma, sustentou que existe “um dever, não apenas ético, mas também jurídico, da sociedade e do Estado perante tamanha desigualdade, à luz dos objetivos fundamentais da Constituição e da República, por conta do artigo 3º da Constituição Federal” (BRASIL, 2012b, p. 156). Segundo Cezar Peluso, “basta uma visão sistemática da Constituição Federal para perceber, logo, que, em nome da igualdade, ela tutela classes ou grupos em situação de vulnerabilidade socioeconômica” (BRASIL, 2012b, p. 156).

Também em sequência, o ministro Gilmar Mendes reconheceu as ações afirmativas como forma de aplicação do princípio da igualdade. Além disso, asseverou que o reduzido número de negros nas universidades é “resultado de um *processo histórico*, decorrente do modelo escravocrata de desenvolvimento, e da baixa qualidade da escola pública, somados à ‘dificuldade quase lotérica’ de acesso à universidade por meio do vestibular” (BRASIL, 2012b, p. 165). Gilmar Mendes ainda chamou a atenção para o fato de a cota ser sim relevante, mas

sem esquecer que a desigualdade racial “é parte do problema da educação no Brasil” (BRASIL, 2012b, p. 199). Conforme exposto pelo Ministro,

é necessário analisar, criticar e exigir políticas públicas que viabilizem melhoras por aumento de vagas e de qualidade no Ensino Superior e que diminuam o custo de acesso em universidades particulares. Além disso, é preciso fomentar o desenvolvimento da educação básica e da capacitação e valorização de cursos técnicos especializados (em nível universitário ou não), que permitam oportunidades de trabalho e de vida digna a todos (BRASIL, 2012b, p. 199).

Também se pronunciando pela total improcedência da ADPF 186, o ministro Marco Aurélio ressaltou o combate às desigualdades e a característica “provisória” das cotas raciais, de maneira a sustentar que se deve considerar a proporcionalidade e a razoabilidade e que o sistema de cotas “há de ser utilizado na correção de desigualdades e afastado tão logo eliminadas essas diferenças” (BRASIL, 2012b, p. 216).

O decano do STF, Ministro Celso de Mello, argumentou que o sistema adotado pela Universidade de Brasília obedece a Constituição Federal e os tratados internacionais que tratam da defesa dos direitos humanos. Segundo Celso de Mello, “o desafio não é apenas a mera proclamação formal de reconhecer o compromisso em matéria dos direitos básicos da pessoa humana, mas a efetivação concreta no plano das realizações materiais dos encargos assumidos” (BRASIL, 2012c). O ministro sublinhou, também, que o racismo representa “grave questão de índole moral que se defronta qualquer sociedade, refletindo uma distorcida visão do mundo de quem busca construir hierarquias artificialmente fundadas em suposta hegemonia de certo grupo étnico-racial sobre os demais” (BRASIL, 2012c).

Por fim, o presidente da Corte à época, ministro Ayres Britto, afirmou que a Constituição legitimou “todas as políticas públicas para promover os setores sociais histórica e culturalmente desfavorecidos” (BRASIL, 2012b, p. 230). Ayres Britto argumentou que a Constituição é coerente em matéria de igualdade, pois “o desigual por cima não é rebaixado pela Constituição; o desigual por baixo é que é elevado. Não há descenso, há ascenso ou acesso” (BRASIL, 2012b, p. 230).

A partir das razões de decidir e, principalmente, da convergência nos múltiplos votos dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, tendo como fundo a igualdade material, a pluralidade e o previsto no Art. 3º da CRFB/88, é perceptível a coerência e, até mesmo, a

absorção das narrativas realizadas pelo movimento negro no âmbito das audiências públicas¹⁸. No entanto, é indispensável observar a falta de citação e referência aos discursos exarados pelos expositores dos movimentos sociais. Ou seja, a despeito de terem aderido os discursos e as narrativas, é possível notar que não houve a deferência formal, com a devida menção e alusão às falas dos grupos representados em audiência pública, o que pode ser compreendido como uma espécie de absorção tácita.

4.2 Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n.º 54 – direito ao aborto do feto anencefálico

A ADPF 54 foi ajuizada em 2004 pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde. Em sua petição inicial, a entidade sustenta que as gestantes de feto anencefálico possuem o direito de interrupção sem a necessidade de autorização judicial ou qualquer permissão específica do Estado. Sob o mérito a petição inicial, apontou, como envolvidos, os preceitos dos artigos 1º, IV – dignidade da pessoa humana –, 5º, II – princípio da legalidade, liberdade e autonomia da vontade –, 6º, *caput*, e 196 – direito à saúde –, todos da Constituição da República.

O relator do processo, Ministro Marco Aurélio, convocou audiência pública para a discussão do tema meritório. Tendo sido realizado no ano de 2008, a referida audiência foi realizada em quatro dias, de modo a ser exarada 29 exposições de associações, fundações, movimentos sociais e entidades envolvidas com o tema.

A Audiência em questão será analisada a partir do presente parágrafo, de modo a ser filtrar e se debruçar sobre as falas que envolva os interesses dos movimentos feministas, com destaque para as possíveis interpretações dos princípios constitucionais e, consequentemente, do alcance dos direitos fundamentais.

A partir disso, convém expor o quadro geral das entidades representadas na audiência pública, o qual se observa abaixo:

Tabela 3 – Entidade representada
Procuradoria Geral da República
Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)

¹⁸ Salienta-se, ainda, que a “absorção” do *framings* também pode ter ocorrido por meio de outros fatores sociais, uma vez tais narrativas são disseminadas de modo difuso pelos movimentos sociais.

Igreja Universal do Reino de Deus (IURD)
Associação Nacional Pró-Vida e Pró-Família
Católicas pelo Direito de Decidir
Associação Médico-Espírita do Brasil – AME
Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia
Sociedade Brasileira de Medicina Fetal
Sociedade Brasileira de Genética Médica
Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero – ANIS
Escola de Gente
Associação de Desenvolvimento da Família – ADEF
Ministério da Saúde
Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos
Conectas Direitos Humanos e Centro de Direitos Humanos
Associação Brasileira de Psiquiatria
Conselho Federal de Medicina
Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (Secretaria da Presidência da República)
Deputado Federal José Aristodemo Pinotti (Pessoa Física)
Deputado Federal Luiz Bassuma (Pessoa Física)
Michele Gomes de Almeida (Pessoa Física)
Ailton Maranhão de Almeida (Pessoa Física)
Lenise Aparecida Martins Garcia (Pessoa Física)

Fonte: Elaborada pelo autor a partir dos dados da Audiência Pública realizada em 2008 no âmbito da ADPF nº 54.

Há de se sublinhar que os casos a serem analisados se relacionam com os interesses dos movimentos sociais feministas. Convém retomar, dentro de tal ideia, o conceito exarado por Melucci, o qual compreende os movimentos sociais como produtores de modernização, estimulando a inovação e impulsionando a reforma. Dessa forma, salienta-se que o discurso de movimentos conservadores não será analisado, uma vez que estes trabalham em uma lógica inversa de movimento social desenvolvido por Melucci, tendo em vista que trabalham para a manutenção do *status quo*.

Sendo assim, as falas a serem analisadas estão vinculadas às seguintes entidades, organizações e pessoas: (i) Católicas pelo Direito de Decidir; (ii) Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero – ANIS; (iii) Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos; (iv) Conectas Direitos Humanos e Centro de Direitos Humanos; (v) Michele Gomes de Almeida e Ailton Maranhão de Almeida – Pessoas Físicas vinculadas à narrativa da Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos.

Em nome da organização “Católicas pelo Direito de Decidir”, falou a Sra. Maria José Fontelas Rosado Nunes. No começo de sua fala, observa-se que a expositora se apresentou

como pesquisadora, tendo a ressalva de que se estava na audiência como “católica, feminista, mulher, cidadã brasileira e Presidenta da Organização Católicas pelo Direito de Decidir” (BRASIL, 2008a, p. 38).

Na estrutura de sua exposição, a Sra. Maria José esclareceu que iria se ater três pontos a fim de promover a reflexão dos Ministros. Em seu primeiro ponto, ela chamou a atenção para a laicidade do Estado brasileiro. Segundo ela,

(...) liberdade de manifestação deve-se exatamente a esse caráter laico do Estado brasileiro. É esse princípio constitucional que assegura a livre expressão religiosa de todos os cultos, igrejas e correlatos em território nacional e assegura, ao mesmo tempo e a igual título, a liberdade de expressão de pessoas que não professam qualquer credo religioso (BRASIL, 2008a, p. 39).

Em mesma linha, a expositora argumenta que “o caráter laico do Estado é uma condição imprescindível para o pleno exercício da cidadania de todas as pessoas e para a proteção dos direitos constitucionais, a liberdade e a autodeterminação” e, sendo assim, o Estado não poderia impor à sociedade – cada dia mais diversa –, “a agenda moral das religiões, traduzindo-as em políticas públicas destinadas a todas as cidadãs e cidadãos do País”, pois isso “seria um desrespeito à própria Constituição” (BRASIL, 2008a, p. 39-40).

Em seu segundo ponto, a expositora sublinhou que “uma legislação permissiva faculta, mas não obriga”. Maria José expõe:

Atualmente, o que acontece no caso da gestação de anencéfalos é que um grande número de mulheres tem seu direito à autodeterminação desrespeitado e ferida a sua dignidade. Aquelas, como Cacilda, mãe de Marcela, que decidem manter a gravidez, mesmo sabendo que geram um natimorto – viva ele alguns minutos ou, excepcionalmente, mais tempo –, têm a sua decisão respeitada, mas as mulheres que não desejam manter essa gestação vêem os seus direitos negados. Essa é uma situação antidemocrática e eticamente inaceitável (BRASIL, 2008a, p. 41).

A partir disso, a representante da “católicas pelo direito de decidir” assevera que a problemática envolve a ideia de isonomia e de concretização do princípio democrático constitucional, uma vez que a dignidade dessas mulheres não seria respeitada, bem como os preceitos básicos da Constituição não teriam vigência para essas mulheres frente à exigência de continuação da gestação (BRASIL, 2008a, p. 42).

Ademais, a expositora aborda como o fato de “obrigar uma mulher a manter uma gestação desse tipo” e não lhe oferecer a possibilidade da interrupção é tratá-la como coisa (BRASIL, 2008a, p. 42). Para sustentar tal visão, ela faz a seguinte citação ao Ministro Marco Aurélio:

“Em questão está a dimensão humana que obstaculiza a possibilidade de se coisificar uma pessoa, usando-a como objeto”.
(...)
“No caso da anencefalia, a gestante convive, diuturnamente, com a triste realidade e a lembrança ininterrupta do feto, dentro de si, que nunca poderá se tornar um ser vivo” (BRASIL, 2008a, p. 43).

Nesse viés, a expositora aduz que é “esse o sentimento da população brasileira” e sustenta que “obrigar uma mulher a manter essa gravidez é uma tortura”, pois não é assegurada à mulher a escolha de “fazer” (BRASIL, 2008a, p. 43).

Por fim, a Sra. Maria José abordou a questão da “justiça social”. Dentro desse tema, a representante da organização feminista defendeu que a “efetivação à concessão da antecipação terapêutica do parto” configura-se como “possibilidade de efetivação de um elemento básico de justiça social, atendendo particularmente às mulheres pobres para quem a autorização judicial é condição de possibilidade de realização do procedimento médico”. Segundo ela, ao garantir tal direito, “o Estado estará, assim, exercendo sua função primordial de proteção à vida da população mais desprotegida” (BRASIL, 2008a, p. 44).

Seguindo a análise, destaca-se a Representante da Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos, a Doutora Lia Zanotta Machado, Professora Titular da Universidade de Brasília, graduada em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo, mestra em sociologia e doutora em Ciências Humanas pela mesma Universidade.

Ao abordar a organização que representa, a expositora afirmou que a Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos fora criada em 1991, tendo em seu corpo mais de 300 filiadas em todos os Estados brasileiros.

Em seu discurso, a Professora afirmou que sua exposição se preocupa em trazer “as vozes, os rostos e os sentimentos das mulheres que se defrontam com uma gravidez com diagnóstico de anencefalia fetal” (BRASIL, 2008c, p. 47). Segundo ela, sua fala é baseada “nos

depoimentos de 58 mulheres de nove Estados brasileiros que, graças à liminar do Supremo Tribunal Federal, vigente de julho a outubro de 2004, decidiram interromper a gravidez”. A expositora sublinha que as experiências dessas mulheres evidenciam três momentos, sendo eles, o encontro com o trágico, com a tortura e com a supressão da tortura, as quais seriam classificadas como diferentes formas de tragédia (BRASIL, 2008c, p. 47).

Ao contar as experiências vivenciadas por Érica, Camila, Dulcinéia e Michele, a expositora sustenta que

Todas elas, de diferentes formas, vivenciam a tragédia de esperar um filho ou filha e saber que a anencefalia implica na certeza da morte cerebral já acontecida e na certeza de uma curta sobrevida vegetativa, quando e se ocorrer (BRASIL, 2008c, p. 48).

A professora sustenta que cada história demonstra a nomeação da tortura de diferentes formas. Para Érica, a continuação da gravidez seria forma de tortura; Para Camila seria a espera para poder fazer a antecipação do parto, ou seja, dez dias de tortura. Para Michele, o “trauma terrível” veio do diagnóstico de anencefalia fetal (BRASIL, 2008c, p. 48-49).

Lia Zanotta alega que todas elas nomeiam a supressão da tortura de diferentes formas:

Para Érica, se ela não tivesse feito a antecipação, “nada ia mudar no feto, ele só ia crescer, mas do mesmo jeito. Se fosse para ser saudável, seria desde o começo”. Camila sente alívio e paz com a antecipação do parto: “senti as dores no dia 18 de outubro às seis da tarde; às seis e meia estava andando no hospital. Foi como se tirassem um peso muito grande das minhas costas; como se tivessem tirado com a mão o peso; parecia que eu estava carregando o mundo dentro de mim”. Michele considera: “meu sonho lá - a saudade do filho que não teve - era o que tenho hoje; a felicidade da filha, nascida de segunda gravidez. Sintetiza o que entende por supressão da situação torturante: “se fosse para fazer, eu faria novamente. Não é arrependimento. Não é culpa. O que fiz, foi aquietar aquilo que estava se passando” (BRASIL, 2008c, p. 49-50).

A representante da Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos defende que todas elas diferenciam o que é “evitável” do que é “inevitável”, de maneira a se diferenciar o que é “tragédia” do que é “tortura” (BRASIL, 2008c, p. 50).

Ao fim da sua fala, houve a reprodução do filme: “Quem são elas?”, no qual há a apresentação dos depoimentos de Érica e Michele. Nesse sentido, destaca-se que houve o registro, por parte do Ministro relator, que Michele e o marido, Ailton Maranhão, bem como os filhos, encontravam-se presentes na sala de Audiência. Nessa sequência, o Ministro Marco

Aurélio realizou um convite à Michele Gomes para “falar alguma coisa, de viva voz, sobre a experiência vivida”, tendo salientado que houve consulta prévia – pois buscava evitar constrangimento.

Após cumprimento de Michele a todos, a Sra. Lia Zanotta afirmou ao Ministro Marco Aurélio que Michele preferia que lhe fosse realizada perguntas. Sendo assim, o Ministro concordou e franqueou a palavra ao advogado do caso, Srs. Luís Roberto Barroso. Sublinha-se que, além de Michele, também fora ouvido o seu marido, Sr. Ailton Maranhão de Almeida.

As perguntas realizadas versavam, por exemplo, sobre a sensação de Michele após o procedimento de abreviação da gestação, da experiência do casal sobre o diagnóstico, da necessidade de se pedir autorização judicial para a realização do procedimento, do apoio da família quanto à realização do procedimento e quanto ao sofrimento, entre outros questionamentos. Dentre as diversas perguntas e respostas, faz-se necessário a reprodução da seguinte transcrição da audiência:

O SR. LUÍS ROBERTO BARROSO – O que nós estamos pedindo ao Ministro Marco Aurélio e ao Supremo Tribunal Federal é que permita a quem queira fazer, possa fazer; e quem não queira fazer, não seja obrigado a fazer. Isso lhe parece uma boa forma de lidar com esse problema?

A SRA. MICHELE GOMES DE ALMEIDA – Com certeza. Temos que ter livre escolha; a mulher tem que ter livre escolha de decisão (BRASIL, 2008c, p. 62).

Em nome da organização não governamental (ONG) “Conectas Direitos Humanos” e “Centro de Direitos Humanos”, falou a Doutora Eleonora Menecucci de Oliveira, a qual se apresentou como Professora Titular na Área da Saúde Coletiva do Departamento de Medicina Preventiva da UNIFESP e ex-Relatora Nacional de Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais da Plataforma DHESC/ONU para os Direitos Humanos em Saúde.

Ao iniciar a sua apresentadora, a Coordenadora do Serviço de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência da UNIFESP, salientou que, em grande maioria, “as mulheres atendidas nesses serviços são pobres, usuárias e clientes do Sistema Único de Saúde – SUS; e dependem de seu funcionamento para o exercício de seu direito reprodutivo” (BRASIL, 2008d, p. 23).

Ao abordar os princípios do Sistema Único de Saúde, quais sejam, de integralidade, universalidade e equidade, a professora destacou que o conceito de saúde com o qual trabalha “envolve saúde física e subjetiva; isto é, a subjetividade das mulheres entendidas aqui como sofrimento, alívio, medo e perdas” (BRASIL, 2008d, p. 24).

Nesse viés, ela explanou

Se articularmos as condições objetivas às subjetivas, é possível afirmar, sem sombra de dúvida, que o acesso à informação e à garantia do direito à saúde, sobretudo à saúde pública, são carências marcantes na saúde das mulheres brasileiras. Somente uma mulher que detém a informação sobre o que acontece em seu corpo, seu processo de adoecimento e sobre a correlação deste adoecimento com sua qualidade de vida, poderá exercer o universal direito humano da escolha com plena autonomia de seu exercício (BRASIL, 2008d, p. 24).

Ao desdobrar sua linha de raciocínio, a expositora realizou a apresentação de três argumentos. O primeiro se relacionava ao fato de que nenhuma mulher deve estar exposta e vulnerável aos riscos de morte e aos riscos graves de saúde sem necessidade. A partir disso, afirmou que fazer com que se mantenha obrigatoriamente a gestação de um anencéfalo, faz com que ocorra a exposição das gestantes a um processo de tortura, de sofrimento e de medo pela espera do nascimento e convivência com o diagnóstico da inviabilidade fetal, havendo, ainda, riscos de morte para a gestante (BRASIL, 2008d, p. 24-25).

O segundo argumento diz respeito ao fato das mulheres grávidas de feto anencéfalo terem “o direito de receber todas as informações disponíveis para que possam decidir se querem, ou não, levar essa gravidez a termo” (BRASIL, 2008d, p. 25). Conforme a visão da expositora este “seria um direito humano à saúde reprodutiva que os serviços de saúde, sobretudo os do Sistema Único de Saúde, têm o dever de garantir” (BRASIL, 2008d, p. 25).

Já o terceiro, relaciona-se à ideia de que “somente as mulheres que convivem com a certeza da morte de um feto que estão gestando são capazes de avaliar para si próprias o sofrimento”, ou seja, “o medo que povoam essa experiência desde o momento da notícia da inviabilidade fetal até o desfecho final” (BRASIL, 2008d, p. 25).

Sua fala também se preocupou em demonstrar algumas experiências vivenciadas no âmbito do Serviço de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência da UNIFESP, onde uma equipe multiprofissional e interdisciplinar atende às mulheres. Na visão da expositora, a

maior dificuldade enfrentada pelos serviços é o limite da lei impõe ao proibir a implementação de uma decisão já tomada pelas mulheres, ou seja, a qual inviabiliza a integralidade dessa assistência e dessa atenção às mulheres (BRASIL, 2008d, p. 26).

Após demonstrar alguns depoimentos de gestantes envolvendo a dificuldade no processo de decisão, a expositora defendeu que

Nem todas as mulheres optam pela interrupção da gravidez, mas aquelas que optam deveriam ter esse direito garantido.

(...) É o direito de escolha que concretiza o direito à saúde reprodutiva e o direito à saúde física e psíquica da gestante em caso de anomalia incompatível com a vida extra-uterina.

(...) A impossibilidade do exercício da escolha de interromper a gravidez configura uma grave violação aos direitos humanos das mulheres, tanto no que se refere ao seu direito à saúde reprodutiva quanto ao seu direito de estar livre de toda forma de tortura ou de tratamento desumano ou degradante (BRASIL, 2008d, p. 28-29).

A partir de ideia, a expositora cita as respostas que o Comitê de Direitos Humanos das Nações Unidas vem apresentando, no sentido de reconhecer que a negação de um aborto, em caso de feto anencéfalo, causa problemas à saúde mental e que, seguir com a gestação, poderia ser considerado como um tanto cruel e desumano à gestante (BRASIL, 2008d, p. 29-30).

Ao fim, a Doutora Eleonora Menecucci reforça que

quando mulheres decidem interromper a gestação de fetos anencéfalos no Brasil, passam por um processo humilhante e constrangedor. Precisam solicitar a uma instância da esfera pública – o Judiciário – a permissão para exercerem um direito reprodutivo que é da ordem do privado e que diz respeito ao casal e, em última instância, à mulher, pois, afinal, é em seu corpo que esta e demais gravidezes são geradas e gestadas (BRASIL, 2008d, p. 31).

Em continuidade da análise, verifica-se a exposição do Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero - ANIS, representado pela Doutora Débora Diniz, a qual fora apresentada como professora Universidade de Brasília, pesquisadora da organização não governamental ANIS e membro da Diretoria da Associação Internacional de Bioética.

Ao começar a sua fala, a antropóloga esclareceu que a sua apresentação iria explorar dois pontos, sendo o primeiro de ordem antropológica, com o impacto do diagnóstico nas mulheres grávidas de um feto com anencefalia e o segundo, do ponto de vista ético, classificado pela professora de “a experiência da tortura” (BRASIL, 2008b, p. 103). Dado o objeto da presente pesquisa, irá se analisar o segundo ponto da fala.

Ao abordar a ideia de “experiência da tortura”, a expositora foi incisiva ao afirmar que

as mulheres querem ter (...) o direito de abreviar o seu sofrimento. Aborto somente é utilizado por elas para descrever os termos da lei penal que as impedem de decidir, mas não para descrever suas escolhas sobre a anencefalia (BRASIL, 2008b, p. 106).

Utilizando o contexto do filme “Uma história Severina”, onde a personagem Severina pretendia interromper a gravidez do feto anencefálico, a expositora argumenta que isto “não era um aborto, no sentido penal do ato”, mas sim a antecipação do parto de um feto que não sobreviveria (BRASIL, 2008b, p. 106).

Dentro de tal lógica, a professora relata que “o conceito de antecipação terapêutica do parto é um retrato antropológico de como as mulheres grávidas de fetos com anencefalia descrevem o procedimento médico” e “nenhuma delas o descreve como aborto” (BRASIL, 2008b, p. 107).

Débora Diniz afirma que o conceito de antecipação terapêutica “é confortante às mulheres, pois é uma expressão sensível as suas experiências de vida, a sua dor e ao seu luto”. Considerando tal raciocínio, ela aduz que “cuidar seriamente dessas mulheres e protegê-las do caráter implacável do diagnóstico pressupõe a liberdade de escolha” (BRASIL, 2008b, p. 107). Nesse cenário, a expositora sustenta que

(...) a aprovação da ADPF nº 54 não significa que as mulheres venham a ser obrigadas a tomar qualquer decisão. Em um mundo diverso e plural como o nosso, cada mulher deverá ser protegida em suas escolhas. Muito embora a vasta maioria delas opte pela antecipação terapêutica do parto, algumas poucas poderão preferir levar a gestação a termo. Essas duas escolhas devem ser garantidas. Hoje, infelizmente, a gestação de um feto com anencefalia não é uma escolha, mas um dever (BRASIL, 2008b, p. 107-108).

Em mesma linha, a expositora assevera que o Brasil é um Estado democrático, que “reconhece e protege as liberdades individuais, a diversidade e protege a vulnerabilidade” (BRASIL, 2008b, p. 108). Sendo assim, na visão da antropóloga, a “decisão pela antecipação do parto deve ser entendida como matéria de ética privada, portanto, uma escolha a ser protegida por esta Corte, mas cujo conteúdo deve ser delegado a cada mulher” e na ausência de proteção jurídica “as mulheres são alvo de tortura das instituições” (BRASIL, 2008b, p. 109). Como exemplo disso, a expositora cita novamente o filme “Uma História Severina” para

demonstrar como a liminar do Supremo Tribunal Federal, a posterior cassação desta e intensa busca por uma autorização pode ser desgastante a uma mulher.

Ao fim, a professora argumentou que “a tortura não está no acaso de uma gravidez de um feto com anencefalia, mas no dever de se manter grávida para enterrar o filho após o parto” e que

(...) afirmar a laicidade do Estado brasileiro não significa ignorar a importância das religiões para a vida privada das pessoas e de nossas comunidades morais. Significa reconhecer que, para a vida pública, a neutralidade do Estado é um instrumento de segurança e, nesse caso, de proteção à saúde e à dignidade das mulheres (BRASIL, 2008b, p. 109-110).

Em conclusão, a expositora sublinhou que o aborto “provoca os limites de nossa razão pública, pondo em xeque as fronteiras entre as religiões e nossos acordos constitucionais” e que a o aborto de feto anencefálico não ameaça a nossa democracia, ao contrário do convívio com o sofrimento involuntário das mulheres, que seria classificado como “um ato de tortura do Estado contra elas” (BRASIL, 2008b, p. 110).

4.2.1 A identificação dos “*framings*” nas exposições do movimento feminista.

A partir daqui, pretendo realizar um resumo das convergências e divergências na formação dos *framings* envolvendo os tópicos de “diagnóstico” e “prognóstico” e, conseqüentemente, a interpretação da constituição por parte dos movimentos sociais ou grupos/associações de interesses convergentes com esses.

Assim, se faz importante rememorar, no que diz respeito ao “diagnóstico”, que a análise de tal enquadramento será feita a partir da abordagem dos movimentos feministas envolvendo o *problema social* da vedação ao aborto nos casos de feto anencefalo, bem como quais os “*culpados*” pela existência de tal problemática. Por outro lado, relacionando-se à dimensão “prognóstica”, analisar-se-á quais as *soluções para o problema identificado*, assim como os planos para efetivá-los, com ênfase na interpretação feita pelos movimentos feministas envolvendo a Constituição da República.

Em primeira análise, ressalta-se que a entidades analisadas são as seguintes: (i) Católicas pelo Direito de Decidir; (ii) Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos

Reprodutivos; (iii) Conectas Direitos Humanos e Centro de Direitos Humanos; (iv) Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero – ANIS.

Nessa linha, chama a atenção para o prognóstico convergente das expositoras no sentido de entender a manutenção da gestação de feto anencefálico como prática de exposição a tortura. Ao se examinar as exposições, nota-se que as representantes denominam a prática do processo de tortura de diversas formas. A Sra. Maria José Fontelas Rosado Nunes, representante da organização “Católicas pelo Direito de Decidir” afirmou, por exemplo, que “obrigar uma mulher a manter essa gravidez é uma tortura”, pois não é assegurado à mulher a escolha do “fazer” (BRASIL, 2008a, p. 42).

Já a Doutora Eleonora Menecucci, representante do “Conectas Direitos Humanos” e “Centro de Direitos Humanos”, sustentou que a obrigatoriamente da gestação de um feto anencefalo “faz com que ocorra a exposição das gestantes a um processo de tortura, de sofrimento e de medo pela espera do nascimento e convivência com o diagnóstico da inviabilidade fetal” (BRASIL, 2008d, p. 24-25).

Em igual sentido, a Representante da “Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos”, Doutora Lia Zanotta Machado, que se preocupou em seu discurso em dar vozes, rostos e os sentimentos das mulheres que se defrontam com uma gravidez com diagnóstico de anencefalia fetal, chamou a atenção para o fato das histórias trazidas por ela demonstrem a tortura de diferentes formas. Segundo a expositora, para determinada mulher “a continuação da gravidez seria forma de tortura”, para uma segunda “seria a espera para poder fazer a antecipação do parto” e, para outra, o “‘trauma terrível’ veio do diagnóstico de anencefalia fetal” (BRASIL, 2008c, p. 48-49).

No mesmo viés, a Doutora Débora Diniz, representante do Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero - ANIS, atentou-se em expor que a “decisão pela antecipação do parto deve ser entendida como matéria de ética privada”, de modo a destacar que a omissão de garantia de tal direito às mulheres acarreta na ausência de proteção jurídica e, por consequência, no “sofrimento involuntário das mulheres”, o qual enseja no fato das mulheres serem “alvo de tortura das instituições” (BRASIL, 2008b, p. 109).

Ainda dentro do exame do diagnóstico, sublinha-se a argumentação convergente das

expositoras no sentido de defesa da democracia, do Estado laico, da dignidade das mulheres, bem como do direito de liberdade e no acesso à saúde dessas, como destaque para a instrumentalização e apropriação da Constituição Federal nas exposições.

Diante da premissa de violação de direitos e de procedimento de tortura, observa-se que os prognósticos das entidades estavam intrinsecamente relacionados à necessidade de autorização do procedimento médico voltado à antecipação do fim da gestação do feto anencéfalo. Nessa linha, convém citar o que foi exposto pelas entidades “Católicas pelo Direito de Decidir” e do “Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero – ANIS”, as quais afirmaram, respectivamente, que “uma legislação permissiva faculta, mas não obriga” e que a aprovação da ADPF nº 54 “não significa que as mulheres venham a ser obrigadas a tomar qualquer decisão”.

Por fim, faz-se importante salientar que as sustentações orais que relacionavam a manutenção da gestação do feto anencefálico com o procedimento de tortura preocuparam-se em descrever o sofrimento, de modo a não ser evocado qualquer Tratado de Direitos Humanos ou legislação relacionada à prática da tortura.

Tabela 4 – Framings do Movimento Feminista		
Entidade	Diagnóstico	Prognóstico
Católicas pelo Direito de Decidir	“obrigar uma mulher a manter essa gravidez é uma tortura”, pois não é assegurada à mulher a escolha de “fazer” (BRASIL, 2008a, p. 43)	A procedência da ADPF para que as mulheres tenham o direito de interromper a gravidez quando esta for de feto anencéfalo.
Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero – ANIS	“faz com que ocorra a exposição das gestantes a um processo de tortura, de sofrimento e de medo pela espera do nascimento e convivência com o diagnóstico da inviabilidade fetal” (BRASIL, 2008d, p. 24-25)	
Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos	“a continuação da gravidez seria forma de tortura” (BRASIL, 2008c, p. 48-49)	
Conectas Direitos Humanos e Centro de Direitos Humanos	(...) a gestação de um feto anencéfalo “faz com que ocorra a exposição das gestantes a um processo de tortura, de sofrimento e de medo pela espera do nascimento e convivência com o diagnóstico	

	da inviabilidade fetal” (BRASIL, 2008d, p. 24-25)	
--	--	--

Fonte: Elaborada pelo autor.

4.2.2 Os reflexos dos movimentos sociais no acordo da ADPF n.º 54.

Em sessão plenária realizada nos dias 11 e 12 de abril de 2012, os Ministros do Supremo Tribunal Federal acordaram em julgar procedente a ação para declarar a inconstitucionalidade da interpretação segundo a qual a interrupção da gravidez de feto anencéfalo é conduta tipificada nos artigos 124, 126 e 128, incisos I e II, do Código Penal, nos termos do voto do relator, Ministro Marco Aurélio.

Na decisão, de maioria de nove a dois, o presente subcapítulo analisará como se deu a formação da *ratio decidendi* dos Ministros da Suprema Corte, com ênfase na contribuição, ou não, dos “*framings*” dos movimentos sociais exarados em audiência pública. Ou seja, observar-se-á se os *enquadramentos interpretativos*, citados no tópico anterior deste trabalho, foram absorvidos no momento de fundamentação pelos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

O relator da ADPF 54, ministro Marco Aurélio, votou pela possibilidade legal de interromper gravidez de feto anencéfalo. O ministro, em suas razões de decidir, debruçou-se sobre a problemática da prática de tortura, de modo a destacar, em um primeiro momento, as falas da Dra. Jaqueline Pitanguy, representante do grupo Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação – CEPIA, e do Dr. Talvane Marins, representante da Associação Brasileira de Psiquiatria. Marco Aurélio assim argumentou:

O sofrimento dessas mulheres pode ser tão grande que estudiosos do tema classificam como tortura o ato estatal de compelir a mulher a prosseguir na gravidez de feto anencéfalo. Assim o fizeram, nas audiências públicas, a Dra. Jaqueline Pitanguy e o Dr. Talvane Marins de Moraes. Nas palavras da Dra. Jaqueline Pitanguy, “obrigar uma mulher a vivenciar essa experiência é uma forma de *tortura* a ela impingida e um desrespeito aos seus familiares, ao seu marido ou companheiro e aos outros filhos, se ela os tiver”. Prosseguiu, “as consequências psicológicas de um trauma como esse são de longo prazo. Certamente a marcarão para sempre. Seu direito à saúde, entendido pela Organização Mundial de Saúde como o direito a um estado de bem-estar físico e mental, está sendo desrespeitado em um país em que a Constituição considera a saúde um direito de todos e um dever do Estado” (grifo nosso) (BRASIL, 2012a, p. 64).

Da presente exposição, nota-se a preocupação do relator em sustentar a ideia de prática de tortura a partir da visão de cientistas, haja vista a não citação dos casos envolvendo a

narrativa dos movimentos sociais.

Em prosseguimento de seu voto, Marco Aurélio fez referência à decisão do Comitê de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas, envolvendo o “Caso K.L. contra Peru”, quando o Comitê entendeu pela equiparação à tortura a obrigação de uma mulher levar adiante a gestação de um feto anencéfalo (BRASIL, 2012a, p. 65).

O relator ainda fez referência à sustentação do Dr. Mário Ghisi, representante do Ministério Público na audiência pública, o qual alegou que

(...) é constrangedora a ideia de outrem decidir por mim, no extremo do meu sofrimento, por valores que não adoto. É constrangedor para os direitos humanos que o Estado se imiscua no âmago da intimidade do lar para decretar-lhe condutas que *torturam* (grifo nosso) (BRASIL, 2012a, p. 67).

Da citação em análise, observa-se que o relator se utiliza do argumento de prática de tortura a partir da visão do Ministério Público e, mais uma vez, não engloba os *casos* envolvendo a narrativa dos movimentos sociais.

Chegando ao final do voto de Marco Aurélio, observa-se a defesa de que “franquear a decisão à mulher” é medida indispensável frente o texto da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, conhecida como “Convenção de Belém do Pará”, ratificada pelo Estado brasileiro em 27 de novembro de 1995. Segundo o Ministro, “o artigo 4º inclui como direitos humanos das mulheres o direito à integridade física, mental e moral, à liberdade, à dignidade e a não ser *submetida a tortura*” (BRASIL, 2012a, p. 68). Por fim, Marco Aurélio assevera que

O ato de obrigar a mulher a manter a gestação, colocando-a em uma espécie de cárcere privado em seu próprio corpo, desprovida do mínimo essencial de autodeterminação e liberdade, *assemelha-se à tortura*¹⁹ ou a um *sacrifício que não pode ser pedido a qualquer pessoa ou dela exigido* (grifo nosso) (BRASIL, 2012a, p. 68).

Nessa linha, o Ministro cita a colaboração da antropóloga Débora Diniz, representante do Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero – ANIS, de maneira a, parafraseando a

¹⁹ Ao citar a tortura, o Ministro fez referência em rodapé ao artigo 1º da Constituição Federal, que define como um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito a dignidade da pessoa humana e ao artigo 5º, inciso III, que dispõe que ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante. Além disso, ele citou ainda a Lei nº 9.455/97, que no artigo 1º, prevê: Constitui crime de tortura: I – constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental (...); c) em razão de discriminação racial ou religiosa.

expositora, afirmar que “não cabe impor às mulheres o sentimento de meras ‘incubadoras’ ou de ‘caixões ambulantes’” (BRASIL, 2012a, p. 68).

Diante do voto do relator, é possível observar a absorção da narrativa dos movimentos sociais no que diz respeito à compreensão de manutenção da gestação de feto anencéfalo ser uma prática análoga à tortura.

Contudo, há de se ressaltar que o Ministro, apesar de reproduzir a narrativa dos movimentos, fez referências apenas à fala de Débora Diniz quanto ao sentimento de “incubadoras” ou de “caixões ambulantes” das mulheres. Ou seja, ao analisar a temática da tortura, sublinha-se que os fundamentos do relator foram voltados para a exposição dos representantes do grupo “Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação – CEPIA” e da “Associação Brasileira de Psiquiatria”, bem como da exposição do representante do Ministério Público em audiência pública, Dr. Mário Ghisi, e dos fundamentos legais contidos na Convenção de Belém do Pará e na própria Constituição Federal.

Portanto, ressalta-se que as participações dos movimentos sociais feministas, no voto do relator, podem ser consideradas relativamente medianas, haja vista a aderência da narrativa de “prática de tortura” e a não citação dos discursos proferidos nas audiências públicas pelos respectivos movimentos, principalmente no que diz respeito à interpretação do procedimento de tortura.

Em prosseguimento da análise dos votos, tem-se o voto da Ministra Rosa Weber, segunda a proferir o voto no julgamento. Conforme entendimento da mesma, a proteção da vida do feto, que acarreta em uma postura interventiva do Estado, fere,

“além da liberdade, a integridade física e psicológica da mulher, seja na esfera da saúde (os riscos são maiores na gestação e o abalo psicológico é drástico e inegável), seja na esfera da dignidade humana, pois, se há dúvida sobre a viabilidade de vida para o feto anencéfalo, a imposição da gestação contra a vontade da mulher é tortura física e psicológica em razão de crença (não importa se institucionalizada por meio de lei ou de decisão jurídica, ainda é mera crença), nos exatos termos da Lei dos Crimes de Tortura” (BRASIL, 2012, p. 132-133).

Em tal perspectiva, Rosa Weber faz referência à garantia da integridade individual, de modo a evocar o art. 5º, III, da Constituição Federal, o qual prevê que “ninguém será submetido à tortura nem a tratamento desumano ou degradante”. Sendo assim, a Ministra ainda cita que a

pena para o crime de tortura, com reclusão de 2 a 8 anos, é o dobro da pena para o crime de aborto, reclusão de 1 a 4 anos para quem provoca o aborto com o consentimento da gestante, o que demonstra, na visão desta, o fato de o sistema não permitir qualquer aproximação entre as duas ações (BRASIL, 2012a, p. 133).

Diante de tal fundamentação, constata-se que o voto da Ministra também reproduziu a narrativa de prática análoga à tortura sem, no entanto, fazer referência aos discursos exarados pelos movimentos sociais em audiência pública, de modo a se ter uma espécie de absorção tácita das narrativas, com destaque para uma releitura à luz do direito.

Após o voto de Rosa Weber, o Ministro Joaquim Barbosa proferiu o terceiro voto do julgamento. Em suas razões o Ministro chamou a atenção para estudos multidisciplinares que indicam “que as reações emocionais dos pais após o diagnóstico de malformação fetal abrangem, conjuntamente ou não, os seguintes sentimentos: ambivalência, culpa, impotência, perda do objeto amado, choque, raiva, tristeza e frustração” (BRASIL, 2012a, p. 147-148).

Nesse sentido, sem abordar a questão do procedimento análogo à tortura, Joaquim Barbosa limitou-se a afirmar que

é possível imaginar a quantidade de sentimentos dolorosos por que passam aqueles que de súbito se veem diante do dilema moral de interromper uma gestação, unicamente porque nada se pode fazer para salvar a vida do feto (BRASIL, 2012a, p. 148).

Do voto proferido por Joaquim Barbosa, verifica-se que não houve aderência à narrativa de procedimento análogo à tortura, haja vista a não argumentação, referência ou citação dos discursos que sustentam tal ideia, bem como da não citação de dispositivos legais relacionados à vedação da tortura.

Luiz Fux, quarto Ministro a proferir voto no julgamento, citou a problemática da tortura ao fazer referência ao voto da Ministra Rosa Weber, de modo a defender a importância da necessidade, assim como fez a Ministra, de proteção da saúde física e psíquica da gestante. Segundo Fux,

“o prosseguimento da gravidez gera na mulher um grave abalo psicológico; por isso que, impedir a interrupção da gravidez sob ameaça penal, efetivamente equivale a uma tortura vedada pela Constituição Federal no art. 5º (BRASIL, 2012a, p. 162).

Portanto, é possível aferir que as razões de decidir do Ministro Luiz Fux aderem timidamente à narrativa de procedimento análogo à tortura, uma vez que a referência a tal prática se faz de maneira indireta, sem citação a expressa a tal narrativa e sem fundamentação legislativa aprofundada, considerando que a própria citação à Constituição foi de modo genérico ao art. 5º.

Quinta na ordem de julgamento, a Ministra Carmen Lúcia, em suas razões de decidir, fez citação aos trabalhos de Débora Diniz e Ana Cristina Gonzalez Vélez, de modo a aludir que “o dever da gestação [de feto anencéfalo] constitui um ato de tortura do Estado contra elas, em que a gravidez passa a ser uma experiência angustiante de luto prolongado” (BRASIL, 2012a, p. 189).

A partir disso, a Ministra chamou atenção para o fato de o Brasil subscrever a Declaração de Pequim, adotada pela 4ª Conferência mundial sobre as mulheres (ação para igualdade, desenvolvimento e paz), quando o país se comprometeu a garantir o respeito aos direitos humanos das mulheres. A Ministra destacou, ainda, que o Brasil subscreveu:

a) a Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher, comprometendo-se a assegurar a assistência à saúde das mulheres; b) as Convenções Internacionais que o obrigam a prestar assistência a todos os homens e mulheres submetidos a *tortura* ou sofrimentos agudos, físicos ou mentais, bem como a tomar providências concretas para prevenir, punir e erradicar toda e qualquer violência contra a mulher, garantindo especialmente assistência à sua saúde (Convenção Americana de Direitos Humanos – Pacto de San José da Costa Rica, Convenção Interamericana para prevenir e punir a *tortura* e tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes e Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher – Convenção de Belém do Pará) (grifo nossos) (BRASIL, 2012a, p. 220).

A partir disso, Carmen Lúcia argumenta que a assinatura de todos esses acordos se desdobra no dever do Estado “garantir, de forma eficaz, o direito de a mulher fazer escolhas que a levem ao caminho da saúde, não o do sofrimento” (BRASIL, 2012a, p. 220).

À luz de tal fundamentação, repara-se que o voto da Ministra também reproduziu a narrativa de prática análoga à tortura sem, no entanto, fazer referência aos discursos proferidos pelos movimentos sociais em audiência pública. Convém sublinhar, contudo, que a Ministra faz referência à bibliografia da antropologia Débora Diniz, a qual falou em audiência pública em nome do Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero – ANIS, além de preocupar-se em fundamentar a narrativa de procedimento de tortura a partir do previsto em Tratados e

Convenções Internacionais de Direitos Humanos. Sendo assim, pode-se aferir também uma absorção tácita da narrativa, com uma releitura dessas à luz do direito.

O Ministro Ricardo Lewandowski, sexto Ministro a proferir voto, foi o primeiro a abrir divergência em relação ao voto do relator e votar pela improcedência do pedido formulado para que o Tribunal fixasse o entendimento para que a antecipação terapêutica de feto anencefálico não configure crime. Sendo assim, observa-se que o Ministro não aderiu à narrativa dos movimentos feministas no sentido de necessidade de assecuração da liberdade da mulher, bem como da interpretação da manutenção de gestação de feto anencéfalo ser análoga à tortura.

Ayres Britto, sétimo Ministro a votar no julgamento, foi claro ao sustentar que “levar às últimas consequências esse martírio contra a vontade da mulher corresponde à tortura, a tratamento cruel” (BRASIL, 2012a, p. 265). O Ministro destacou que “ninguém pode impor a outrem que se assuma enquanto mártir; o martírio é voluntário” e que “quem quiser assumir sua gravidez até às últimas consequências, mesmo sabendo portador de um feto anencéfalo, que o faça”, pois “ninguém está proibindo” (BRASIL, 2012a, p. 265).

Diante de tais argumentos, se identifica que as razões de decidir do ministro não reproduzem expressamente o discurso dos movimentos sociais exarados em audiência pública, de modo à narrativa de manutenção da gravidez de fato anencéfalo ser procedimento similar à tortura ser absorvido em um sentido *lato sensu*.

Gilmar Mendes, oitavo na ordem de votos, seguiu o voto do relator no sentido de entender pela autorização de interrupção da gravidez de feto anencéfalo. No entanto, no voto do Ministro, observa-se que não há referência à palavra “tortura” ou a qualquer fala proferida nas audiências públicas, de modo a se verificar que o Ministro não abordou ou acolheu a narrativa exarada pelos movimentos sociais.

Responsável pelo nono voto, o decano Celso de Mello votou no mesmo sentido do voto do relator. Destaca-se que, no voto do Ministro, não qualquer referência à palavra “tortura” ou a qualquer sustentação exarada nas audiências públicas, de modo a se verificar que o Ministro não abordou ou acolheu o diagnóstico dos movimentos sociais. No entanto, faz-se necessário a citação do seguinte trecho do voto do Ministro decano:

O longo itinerário histórico percorrido pelo movimento feminista, seja em nosso País, seja no âmbito da comunidade internacional, revela trajetória impregnada de notáveis avanços, cuja significação teve o elevado propósito de repudiar práticas sociais que injustamente subjugavam a mulher, suprimindo-lhe direitos e impedindo-lhe o pleno exercício dos múltiplos papéis que a moderna sociedade, hoje, lhe atribui, por legítimo direito de conquista (BRASIL, 2012a, p. 318).

Diante de tal exposição, a despeito do Ministro não reproduzir o diagnóstico exarado pelos expositores representantes do movimento feminista, repara-se uma valorização e uma consequente deferência, por parte do Celso de Mello, aos citados movimentos, visto que há no voto considerável destaque às transformação das instituições sociais promovidas pelo movimento feminista, além de um realce aos objetivos de mudança de paradigma cultural, caracterizado, na visão do decano, “pelo reconhecimento e pela afirmação, em favor das mulheres, da posse de direitos básicos fundados na essencial igualdade entre os gêneros” (BRASIL, 2012a, p. 318). Dessa forma, a despeito de não incorporar o “diagnóstico”, relacionado à narrativa de condição análoga à tortura, pode-se concluir que Celso de Mello, considerando a luta do movimento feminista, incorporou o “prognóstico”, qual seja, da necessidade de se autorizar a interrupção da gravidez de feto anencéfalo, incorporando.

Ao fim, tem-se o voto do então Presidente, Ministro Cezar Peluso, o qual votou pela improcedência do pedido, de modo a alegar a “diferença abissal” entre o caso do aborto de feto anencéfalo e a discussão sobre o uso de células tronco embrionárias em pesquisas. Dentre os argumentos mais importantes, o Ministro, parafraseando a exposição realizada em audiência pública pela Professora Lenise Aparecida Martins Garcia, presidente do Movimento Nacional da Cidadania em Defesa da Vida - Brasil Sem Aborto, sustentou que “o anencéfalo morre, e ele só pode morrer porque ele está vivo. Se ele não estivesse vivo, ele não poderia morrer” (BRASIL, 2012a, p. 378).

Outro trecho do voto relevante para o presente trabalho diz respeito à subdivisão intitulada “a impropriedade da analogia com a tortura: ausência de sofrimento injusto, único juridicamente apreciável”. Segundo o Ministro, a expositora Débora Diniz optou “pela saída muito cômoda de culpar o Estado por dramas que são da responsabilidade exclusiva da conjugação de ato livre dos particulares e de ulterior acaso biológico” (BRASIL, 2012a, p. 404). Diante do argumento da expositora representante do Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero - ANIS, Cezar Peluso argumenta que

A causa real da pretensa tortura, enquanto nome de todo impróprio para descrever

sofrimento do qual não se pode encontrar nenhum culpado, é, por óbvio, falha biológica na constituição do feto. Conquanto se simpatize com a causa defendida com tanto ardor pela arguente, o problema reside em que, à luz de análise sóbria do ordenamento jurídico, não há como fazer cessar, de maneira legal, sofrimento que não é justo nem injusto perante a consciência humana, sem arbitrária convalidação judicial da prática de crime de aborto. Donde não caber aí, como já adiantei, referência alguma a intencionalidade, pois a situação não compreende nenhuma causa voluntária alheia de sofrimento (BRASIL, 2012a, p. 406).

Do presente voto divergente, é importante sublinhar o esforço feito para impugnar, a partir da exposição de outros expositores de audiência pública, a visão convergente dos movimentos sociais, tendo inclusive, uma subdivisão dentro do voto para descartar os “*framings*” construídos pelo movimento feminista.

5. CONCLUSÃO

É inegável que a Constituição da República Federativa do Brasil é caracterizada por ser dirigente, extensa e, muitas vezes, conflitante entre si. Nesse viés, considerando que o documento também é portador de elevada carga axiológica e de normas de textura aberta, é recorrente ver interpretações que visam a integração de um discurso voltado à construção de laços de solidariedade e identidade.

À luz da problemática do trabalho, qual seja, de se observar como os “*framings*” dos movimentos sociais podem influenciar ou modular a construção dos argumentos jurídicos em questões abertas e com alta carga axiológica no âmbito do Supremo Tribunal Federal, é possível observar determinados fatores importantes, dentre eles: (i) a construção dos “*framings*” dos movimentos sociais a partir de uma lógica jurídica; (ii) a repercussão das interpretações dos movimentos sociais nos votos dos Ministros e; (iii) o nível de referência dos ministros às exposições exaradas nas audiências públicas.

No que diz respeito à construção dos “*framings*”, é possível notar que as representações dos movimentos sociais negros e feministas, ocorreram, em grande maioria, por juristas e acadêmicos das ciências humanas. No caso envolvendo a ADPF n.º 54, por exemplo, das quatro entidades analisadas, três foram representadas por professoras, sendo uma dessas, professora de direito. Destaca-se que as narrativas construídas pelas representantes fizeram pequenas referências ao sistema jurídico, de modo a construírem uma narrativa de que a prorrogação da gestação do feto anencéfalo seria uma prática “análoga à tortura”.

Por outro lado, no caso da ADPF n.º 186, das dez entidades analisadas, quatro foram representadas por juristas ou professores de direito. Apesar dos juristas não serem a maioria do perfil dos expositores, a narrativa das entidades, de modo majoritário, foi constituída a partir de citações ao ordenamento jurídico, com destaque para o uso do texto constitucional como um meio de legitimação e necessidade da ação afirmativa no ensino superior – dentre às referências estão a promoção da igualdade racial, justiça social, promoção da pluralidade e da diversidade.

Quanto à repercussão das interpretações dos movimentos sociais nos votos dos Ministros, há de se destacar a peculiaridade de cada ação. Quanto à ADPF n.º 54, tem-se que apenas quatro Ministros fizeram referência à ideia de “prática análoga à tortura”, sendo eles, o

Ministro relator Marco Aurélio, a Ministra Rosa Weber, o Ministro Luiz Fux e a Ministra Cármen Lúcia. Por outro lado, na ADPF n.º 186, os Ministros, que votaram por unanimidade pela constitucionalidade das ações afirmativas, aderiram a narrativa dos movimentos sociais no sentido de promoção da igualdade racial, da pluralidade e da diversidade.

Contudo, ao se analisar o nível de referência dos ministros às exposições exaradas nas audiências públicas, nota-se um cenário distinto. No julgamento da ADPF n.º 54, os ministros fizeram mínimas citações ao que foi explanado nas audiências – o único Ministro que se dispôs a citar as ideias de “analogia à tortura” foi o relator Marco Aurélio, o qual referenciou apenas a fala da expositora Débora Diniz, representante do Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero – ANIS. Em mesmo julgamento, a despeito de terem aderido a narrativa do movimento feminista, Rosa Weber, Luiz Fux e Cármen Lúcia não fizeram referência ao que fora sustentado em audiência pública, de modo a fazerem uma espécie de absorção tácita, com uma “releitura” dos argumentos expostos pelos movimentos sociais à luz da Constituição e dos Tratados Internacionais.

Já no caso da ADPF n.º 186, o nível de referência dos ministros às exposições exaradas nas audiências públicas é inexistente. Observa-se que os Ministros, apesar de terem absorvido a narrativa majoritária do movimento negro, não fizeram referência ao que fora exposto em audiência pública, de maneira a também realizarem um acolhimento indireto das narrativas, também com uma “releitura” dos argumentos expostos pelos movimentos sociais à luz do ordenamento jurídico.

Portanto, ao fim, é possível aferir que o Supremo Tribunal Federal, embora tenha avançado sobre a proteção de direitos fundamentais sensíveis, com adesão às narrativas perseguidas por anos de lutas dos movimentos sociais, ainda se encontra retraído à figura dessas organizações na hora da construção dos votos. Além disso, observa-se que a atual participação dos movimentos sociais submete ao plenário do Supremo determinada demanda jurídica, porém, seja pelo comportamento institucional da Corte ou pelos próprios institutos do *amicus curiae* e da audiência pública, essa demanda acaba por não vincular o plenário da Corte com seus framings.

REFERÊNCIAS

ALEXY, Robert. **Teoria dos direitos fundamentais**. Tradução de Virgílio Afonso da Silva da 5ª edição alemã Theorie der Grundrechte publicada pela Suhrkamp Verlag (2006), Ed. Malheiros, 2008.

ALONSO, A. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova**, n. ° 78, São Paulo, p. 49-86, 2009.

ANCELOVICI, M., Organizing Against Globalization: The Case of ATTAC in France. **Politics & Society**, 2002.

BENFORD, R.D.; SNOW, D.A., Framing Processes and Social Movements: An Overview and Assessment. **Annual Review of Sociology**, 26, 2000.

BRASIL. **Audiência Pública na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 186 e no Recurso Extraordinário 597.285**. Supremo Tribunal Federal. Brasília, 3, 4 e 5 de março de 2010. Disponível em: http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/processoAudienciaPublicaAcaoAfirmativa/anexo/Notas_Taquigraficas_Audiencia_Publica.pdf. Acesso em: 14/07/2020.

BRASIL. **Audiência Pública na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 54**. Supremo Tribunal Federal. Brasília, 26 de ago. 2008a. Disponível em: http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/processoAudienciaPublicaAdpf54/anexo/ADPF54__notas_dia_26808.pdf. Acesso em: 14/07/2020.

BRASIL. **Audiência Pública na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 54**. Supremo Tribunal Federal. Brasília, 28 de ago. 2008b. Disponível em: http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/processoAudienciaPublicaAdpf54/anexo/ADPF54__notas_dia_28808.pdf. Acesso em: 14/07/2020.

BRASIL. **Audiência Pública na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 54**. Supremo Tribunal Federal. Brasília, 04 de set. 2008c. Disponível em: http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/processoAudienciaPublicaAdpf54/anexo/ADPF54__notas_dia_4908.pdf. Acesso em: 14/07/2020.

BRASIL. **Audiência Pública na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 54**. Supremo Tribunal Federal. Brasília, 16 de set. 2008d. Disponível em: http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/processoAudienciaPublicaAdpf54/anexo/ADPF54__notas_dia_16908.pdf. Acesso em: 14/07/2020.

BRASIL. **Inteiro Teor do Acórdão – Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 54**. Supremo Tribunal Federal. Brasília, 12 de abr. 2012a. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=3707334>. Acesso em: 14/07/2020.

BRASIL. **Inteiro Teor do Acórdão – Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 186**. Supremo Tribunal Federal. Brasília, 26 de abr. 2012b. Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=269432069&ext=.pdf>. Acesso em: 14/07/2020.

BRASIL. **STF julga constitucional política de cotas na UnB**. Notícia STF. Brasília, 26 de abr. 2012c. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=206042>. Acesso em: 14/07/2020.

BRUNET, Emiliano R.. Movimentos Sociais, Confronto Político e Concretização da Constituição. Uma Análise Interdisciplinar à Luz da Ciência Política, da Sociologia e do Direito Constitucional. **Revista do Ministério Público do Rio de Janeiro** nº 55, jan./mar, p. 37-53, 2015.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito Constitucional e Teoria da Constituição**. Coimbra, Edições Almedina, 2003.

CARDINALI, Daniel Carvalho. (Im)possibilidades de acesso à jurisdição do STF por movimentos sociais: alguns fatores de limitação. **Revista Publicum**, Rio de Janeiro, v.4, n.1, 2018, p. 126-177.

DWORKIN, Ronald. **Levando o Direito a sério**. São Paulo, Martins Pontes, 2002.

GOFFMAN, E. **A representação do eu na vida cotidiana**. 14ª ed., Vozes, Petrópolis, 2007.

GOFFMAN, E. **Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise**. Petrópolis, Vozes, 2012.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. Edições Loyola Jesuítas, 2011.

GOMES, Juliana Cesário Alvim. Cancelas Invisíveis: “Embargos Auriculares”, Legitimidade ativa e a permeabilidade social seletiva do Supremo Tribunal Federal. **Revista Estudos Institucionais**, v. 6, n. 1, p. 55-82, jan./abr. 2020.

HABERLE, Peter. **Hermenêutica Constitucional: A Sociedade Aberta dos Intérpretes da Constituição: contribuição para a Interpretação Pluralista e “Procedimental” da Constituição**. Tradução de Gilmar Ferreira Mendes. Porto Alegre, 1997.

HABERMAS, J. “New social movements”. **Telos** nº 49, New York, 1981.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HESSE, Konrad. **A Força Normativa da Constituição**. Trad. Gilmar Ferreira Mendes. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 1991.

JOHNSTON, H.; NOAKES, J.A.. Frames of Protest: Social Movements and The Framing Perspective. Lanham: **Rowman & Littlefield Publishers**, 2005.

LASSALE, Ferdinand. **A Essência da Constituição**. 9º Ed., Ed. Lumen Juris, 2010.

MELUCCI, Alberto. "Getting involved: identity and mobilization in social movements". **International Social Movements Research**, vol. 1. 1988.

MELUCCI, Alberto. Um objetivo para os movimentos sociais?. **Lua Nova**, n.º 17. São Paulo, p.50-66, 1989.

PLOTKE, D. "What's so new about new social movements?". **Socialist Review**, nº 46-87, 1992.

SILVA, M. K.; COTANDA, F. C.; PEREIRA, M. M., Interpretação e ação coletiva: o "enquadramento interpretativo" no estudo de movimentos sociais. **Revista de Sociologia e Política**, 2015.

SNOW, D.A.; BYRD, S.C., Ideology, Framing Processes, and Islamic Terrorist Movements. **Mobilization: An International Quarterly Review**, 12, 2007.

TOURAINÉ, A. "Os novos conflitos sociais. Para evitar mal-entendidos". **Lua Nova**, nº 17, São Paulo, p. 5-18, 1989.